



Innovation in Public Policies Impact Evaluation

Proposta de Metodologia de Avaliação de Impacto da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário do Plano de Recuperação e Resiliência (POAT-01-6177-FEDER-000068)

Relatório Final

Lisboa, Fevereiro de 2023



Equipa de projeto:

Sérgio Caramelo (Investigador Coordenador)

Álvaro Oliveira (Investigador Sénior)

Nuno Alves (Investigador Sénior)

Sofia Portela (Investigadora Sénior)

Marco Paschoalotto (Investigador Auxiliar)

Rodrigo Assis (Investigador Auxiliar)

Iscte Conhecimento e Inovação

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Email: conhecimentoinovacao@iscte-iul.pt

TEL: +351 217 903 000

RESUMO (PORTUGUÊS)

O projeto visa desenvolver e testar uma abordagem metodológica inovadora de avaliação de impacto destinada à próxima geração de políticas públicas financiadas com fundos comunitários (2021-2027). Esta abordagem metodológica está ancorada na triangulação de três métodos base: Abordagem Científica da Política, Análise Comparativa Qualitativa e Método de Valoração Contingente. A aplicação e teste da proposta metodológica incidiu sobre a Prioridade de Investimento 08 do Portugal 2020 e respetivas operações de apoio à habitação social. Com esta opção procurou-se construir uma metodologia de impacto enquadrada na lógica da «avaliação baseada na teoria» e de tipo «avaliação realista» que maximize o potencial da conjugação de duas teorias essenciais: a Teoria da Programação e a Teoria da Causalidade. Além disso, tem igualmente como pano de fundo a integração de dois pilares básicos da governação pública: a lógica das políticas públicas orientadas para os resultados e o princípio das políticas baseadas na evidência. Como resultados principais destaca-se a identificação e validação de dez dimensões de impacto decorrentes da implementação da intervenção e a definição de uma teoria explicativa do funcionamento da política e dos percursos causais percorridos. Por fim, conclui-se que o método utilizado é complexo e melindroso nos detalhes instrumentais, mas demonstrou ser capaz de ir mais além da análise global dos efeitos das intervenções, ao permitir dar um passo em frente na identificação do impacto real, na explicação das relações causais que lhe são comprovadamente inerentes e na atribuição de uma valoração económica efetiva.

RESUMO (INGLÊS)

The project aims to develop and test an innovative methodological approach to impact assessment directed to the next generation of public policies financed with European Community funds (2021-2027). This methodological approach is anchored in the triangulation of three basic methods: Policy–Scientific Approach, Qualitative Comparative Analysis and Contingent Valuation Method. The implementation and testing of the methodological proposal will focus on Investment Priority 08 of the Portugal 2020 and its social housing support operations. This option seeks to build an impact methodology framed in the logic of "theory-based evaluation" and in the "realist evaluation" type that maximizes the potential of combining two essential theories for the current Public Policy Science, programming theory and causal theory, also taking as a milestone the determination of two basic pillars of public governance: the logic of results-oriented public policies and the principle of evidence-based policies. The main results are the identification and validation of ten impact dimensions allocate to the intervention and the definition of an explanatory theory of the policy functioning and the causative paths taken by it. Finally, it is concluded that the method used is complex and sensitive in instrumental details, but demonstrated capable of going beyond the overall analysis of interventions effects, by allowing a step forward in measuring the real impact, explaining the proven causal relationships and the attribution of effective economic value.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO E CONTEXTO DO OBJETO DO ESTUDO	3
2.1 Apresentação do objeto de estudo	3
2.2 Apresentação e justificação da amostra	7
3. O ESTUDO	8
3.1 Objetivos e questões de avaliação	8
3.2 Enquadramento teórico e abordagem metodológica de referência	9
3.3 Quadro metodológico	12
3.4 Principais ajustamentos in itinere	20
3.5 Resultados	21
3.5.1 Análise Científica da Política	21
3.5.2 Análise Comparativa Qualitativa	23
3.5.3 Método de Valoração Contingente	29
3.5.4 Teoria explicativa do programa	32
4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES À LUZ DAS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	35
4.1 Resposta às questões de avaliação	35
5. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA AVALIAÇÕES FUTURAS	38
5.1 A Avaliação Realista como método de avaliação de impacto das políticas de habitação social	38
5.2 Recomendações para futuros exercícios de avaliação	41
7. BIBLIOGRAFIA	45
ANEXOS	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Hierarquia de objetivos associados à PI.08.....	5
Figura 2. Caracterização geral das operações da PI.08HS.....	6
Figura 3. O ciclo da Avaliação Realista.....	10
Figura 4. Exemplo de roteiro metodológico em Avaliação Realista	11
Figura 5. Configuração base do CMR na Prioridade de Investimento 08	12
Figura 6. Enquadramento da abordagem CMR no roteiro metodológico em Avaliação Realista	13
Figura 7. Articulação método CMR com os métodos base do projeto.....	15
Figura 8. Síntese dos principais componentes da metodologia.....	16
Figura 9. Modelo lógico dos CMR e teoria do programa (Estádio II)	22
Figura 10. Resultado QCA do CMR 1 – Habitação social, saúde e bem-estar subjetivo.....	23
Figura 11. Resultado QCA do CMR 2 – Habitação social e combate à pobreza energética	24
Figura 12. Resultado QCA do CMR 3 – Habitação social e sobrelotação	25
Figura 13. Resultado QCA do CMR 4 – Habitação social e segregação urbana.....	26
Figura 14. Resultado QCA do CMR 5 – Habitação social, participação cívica e desenvolvimento local	27
Figura 15. Resultado QCA do CMR 6 – Habitação social e emprego	27
Figura 16. Resultado QCA do CMR 7 – Habitação social e proteção social.....	28
Figura 17. Resultado QCA do CMR 8 – Habitação social e educação	28
Figura 18. Modelo lógico da teoria explicativa do impacto do programa (Estádio III)	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Dados gerais da amostra dos métodos QCA e MVC.....	7
Tabela 2. Valores médios dos principais resultados do MVC na perspetiva da utilização	29
Tabela 3. Valores médios dos principais resultados do MVC na perspetiva da posse	30

SIGLAS

AC - Avisos de Concurso

ACP - Abordagem Científica da Política

BNA - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

MVC - Método de Valoração Contingente

PAICD – Plano de ação para as comunidades desfavorecidas

PEDU - Plano estratégico de desenvolvimento urbano

PI.08 – Prioridade de Investimento 08 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

PT2020 - Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020

QCA - Análise Comparativa Qualitativa

REAS - Reabilitação de edifícios de habitação social

RED - Reabilitação de edifícios devolutos para habitação social.

REISE - Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego

WTC - Método *Willingness to Pay*

1. INTRODUÇÃO

O presente documento corporiza o Relatório Final do Projeto “Proposta de Metodologia de Avaliação de Impacto da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário do Plano de Recuperação e Resiliência (POAT-01-6177-FEDER-000068)” e foi elaborado de acordo com as orientações constantes no Anexo II do Aviso para Apresentação de Candidaturas N.º 06/POAT/2021. A estratégia de desenvolvimento do projeto teve como principal desígnio a identificação e teste de soluções metodológicas de avaliação de impacto de políticas públicas destinadas a submeter à próxima de geração políticas públicas de apoio à habitação social e ao alojamento urgente e temporário, em particular as que serão financiadas no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2021-2026) da União Europeia.

Para além dos resumos e da presente introdução o documento está organizado em cinco capítulos. O primeiro é dedicado ao enquadramento e contexto do objeto do estudo e o segundo está centrado numa apresentação detalhada dos objetivos, questões de avaliação, abordagem metodológica e dos principais resultados. O terceiro capítulo apresenta as principais conclusões em termos avaliativos à luz das questões de avaliação e o quarto incorpora as orientações metodológicas para avaliações futuras no domínio das políticas de habitação social e de alojamento urgente e temporário. Por fim, o quinto está dedicado à identificação da bibliografia de referência. O presente Relatório Final é acompanhado também pelos seguintes documentos anexos:

- ANEXO I - Descrição operacional da PI.08;
- ANEXO II - Relatório de resultados da revisão sistemática da literatura;
- ANEXO III – Relatório das entrevistas semi-directivas aos decisores;
- ANEXO IV - Relatório dos resultados do painel de peritos;
- ANEXO V – Relatório Análise Comparativa Qualitativa;
- ANEXO VI – Relatório Método de Valoração Contingente.

2. ENQUADRAMENTO E CONTEXTO DO OBJETO DO ESTUDO.

2.1 Apresentação do objeto de estudo

Tal como previsto na Proposta o foco do projeto estava centrado no instrumento de política “Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário” (BNA) previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Contudo, a aplicação e teste da abordagem metodológica incidiria sobre a Prioridade de Investimento 08 (PI.08) do PT2020 e respetivas operações desenvolvidas no âmbito dos programas operacionais regionais, nomeadamente as que se enquadrassem na primeira modalidade de tipologias

previstas no Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REISE)¹, a que genericamente chamámos de “apoio à habitação social” e cuja descrição é a seguinte:

Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações².

A política pública que enquadra a PI.08 é o PORTUGAL 2020 - ACORDO DE PARCERIA 2014-2020 (PT2020), isto é, o macro instrumento de política decorrente do “Acordo de Parceria” adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que determina a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em Portugal no período de programação financeira 2014/2020. Dentro deste, o objeto de estudo concerne especificamente às operações financiadas pelo **FEDER** através do PT2020 enquadradas no “**Objetivo Temático 09** - Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação” e realizadas no âmbito da “**Prioridade de Investimento 08** - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”.

Se recorrermos ao enquadramento programático da PI.08 ao nível do objetivo temático que lhe dá suporte (Objetivo Temático 09) e às tipologias definidas no REISE³ será possível identificar os objetivos multinível associados à PI.08 e efetuar a sua sistematização em três níveis distintos: global, específico e operacional.

A PI.08 foi implementada através dos Programas Operacionais Regionais e as condições de acesso e as regras gerais de financiamento foram definidas pelo REISE cabendo portanto a cada um dos programas regionais a gestão do processo no território da sua competência, bem como a respetiva elaboração e abertura de Avisos de Concurso (AC). A análise e descrição operacional da PI.08 foi alvo de um relatório próprio que pode ser consultado em anexo (Anexo I), pelo que apresentaremos aqui somente os elementos principais.

Os apoios a conceder às operações assumem a forma de subvenção não reembolsável e a taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação é de 85% das despesas para as regiões Norte, Centro, Madeira e Alentejo e de 50% para a de Lisboa. Já em relação ao perfil de beneficiários elegíveis são previstos quatro tipos⁴: i) os organismos da administração direta e indireta do Estado; ii) as autarquias locais e suas associações; iii) as entidades do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local; iv) e as pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos. Também se contempla a possibilidade de serem submetidas candidaturas em parceria devendo, neste caso, as entidades

¹ Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março de 2015.

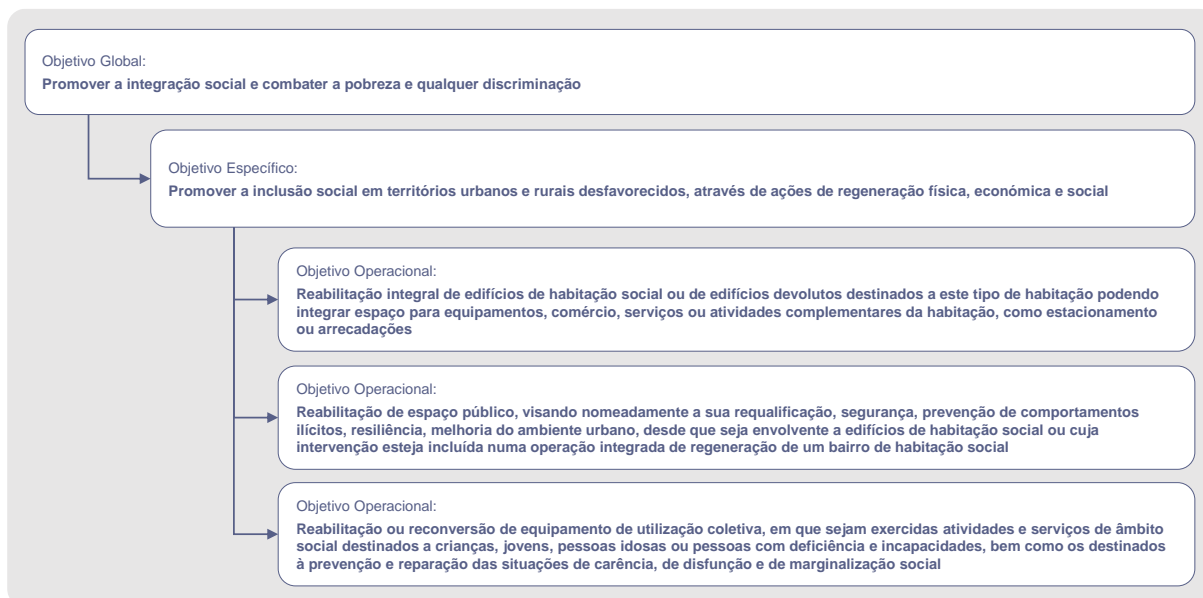
² Art.º 261 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março de 2015.

³ Art.º 261 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março de 2015.

⁴ Art.º 265 da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março de 2015.

referidas nos pontos anteriores designar um líder que assume, perante a autoridade de gestão e demais entidades competentes, a função de coordenador técnico e de interlocutor.

Figura 1. Hierarquia de objetivos associados à PI.08

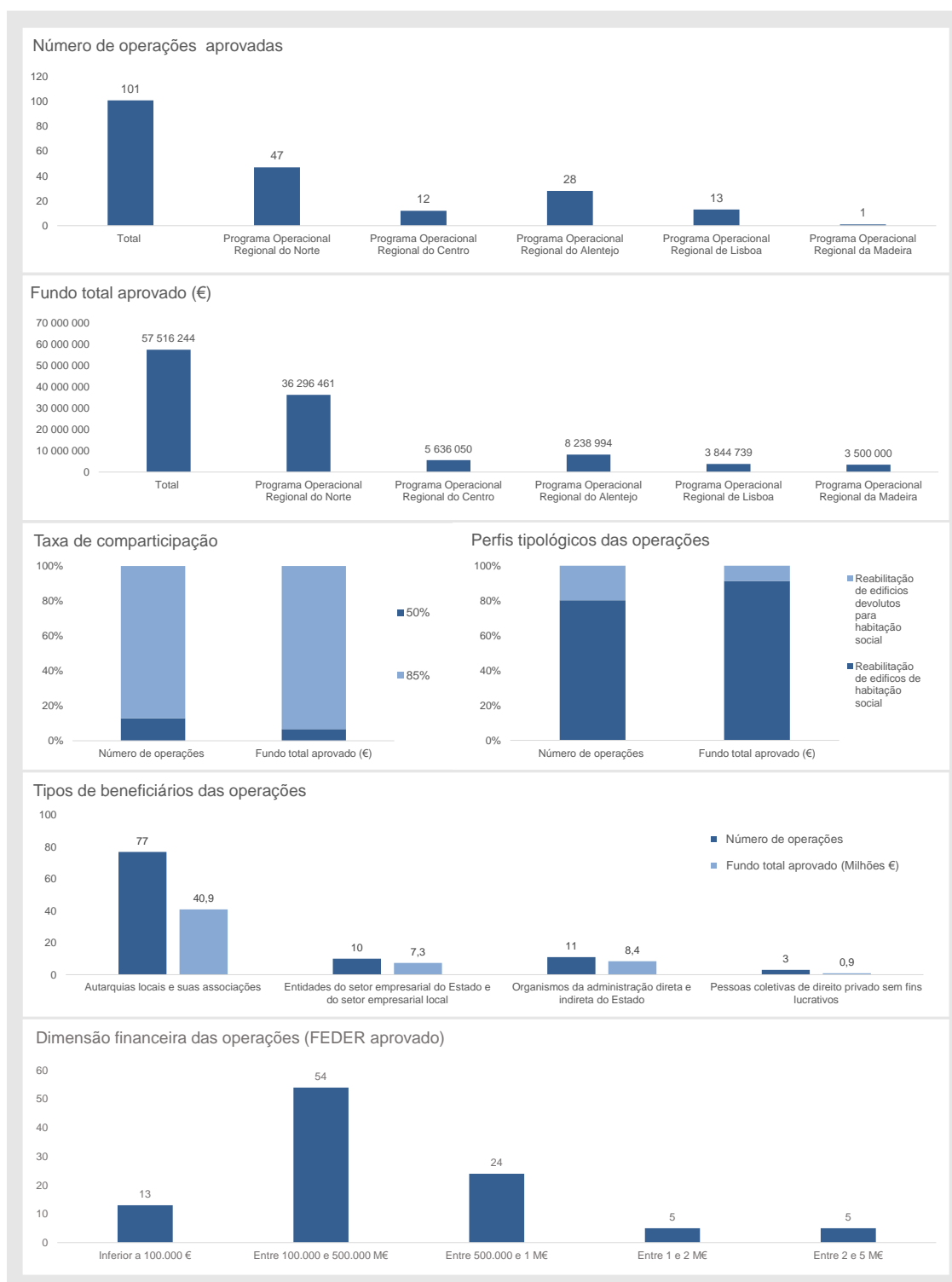


Fonte: elaboração própria com base nos documentos programáticos de suporte à PI.08.

Em termos de aprovações / realizações o universo de análise está constituído pelos projetos aprovados até 31 de Março de 2021, perfazendo no seu total 101 operações que envolveram um montante de apoio FEDER de 57.516.244€ distribuído por cinco Programas Operacionais Regionais (Madeira, Norte, Centro, Alentejo e Lisboa) e 16 Avisos de Concurso. Em relação a estas foi possível destringir dois perfis tipológicos mais detalhados: a) “reabilitação de edifícios de habitação social”; b) “reabilitação de edifícios devolutos para habitação social”. Apresenta-se no ponto seguinte uma síntese da caracterização destas operações realizada com base na informação disponibilizada pelo PT2020⁵.

⁵ <https://www.portugal2020.pt/content/lista-de-operacoes-aprovadas>

Figura 2. Caracterização geral das operações da PI.08HS



Fonte: Elaboração própria a partir de informação do PT2020.

2.2 Apresentação e justificação da amostra

Como referido no ponto anterior o universo de análise do presente estudo está constituído por 101 operações financiadas no âmbito da PI.08. Em termos de exercícios de amostragem ganham especial relevância as opções tomadas no caso do QCA e MVC. Para estes dois métodos a amostra foi definida de forma intencional, ou seja, não representativa. Apesar de não ser representativa, a amostra recorreu à utilização de critérios com o objetivo de demonstrar as diferentes realidades do instrumento de política PI.08. É importante ressaltar que fazem parte da população as operações (projetos) realizadas até 31 de Dezembro de 2021 e que estas se subdividem em duas tipologias, reabilitação de edifícios de habitação social e reabilitação de edifícios devolutos para habitação social. Como a recolha de dados qualitativos estava prevista para o verão de 2022, era necessário que as operações estivessem encerradas e tivessem sido disponibilizadas aos usuários / inquilinos no ano anterior. Assim, os critérios de amostragem utilizados foram:

1. Operações aprovadas na primeira edição de Avisos de Concurso dos diferentes Programas Operacionais no decorrer de 2016 e 2017;
2. Ter na amostra observações oriundas tanto das operações de reabilitação de edifícios de habitação social quanto de reabilitação de edifícios devolutos para habitação social;
3. Ter uma alta abrangência do número de municípios que registassem operações relacionadas com o programa;
4. Ter operações integradas em regiões de maior densidade demográfica e operações integradas em regiões de baixa densidade demográfica.

Após a utilização dos critérios acima, a amostra final foi composta por dez operações, sendo quatro delas de reabilitação de edifícios de habitação social e seis delas de reabilitação de edifícios devolutos para habitação social. As regiões portuguesas abrangidas por essas operações são: Região de Lisboa (4), Região Norte (1), Região Centro (3) e Região do Alentejo (2). Os concelhos participantes foram Leiria, Moura, Porto, Sesimbra, Sintra e Tomar, tendo sido aplicados um total de 77 questionários.

Tabela 1. Dados gerais da amostra dos métodos QCA e MVC

N.º Operação	Tipologia de Operação	Concelho	Freguesia	Observações
CENTRO-09-4943-FEDER-000019	REAS	Leiria	Leiria	7
ALT20-04-4943-FEDER-000009	REAS	Moura	União das Freguesias de Moura e Santo Amador	2
ALT20-04-4943-FEDER-000012	REAS	Moura	União das Freguesias de Moura e Santo Amador	15
CENTRO-09-4943-FEDER-000018	RED	Tomar	União das freguesias de Tomar e Santa Maria dos Olivais	6
CENTRO-09-4943-FEDER-000010	RED	Tomar	União das freguesias de Tomar e Santa Maria dos Olivais	4
LISBOA-08-4943-FEDER-000026	RED	Sintra	União das Freguesias de Queluz e Belas	5
LISBOA-08-4943-FEDER-000009	RED	Sesimbra	Santiago	8

LISBOA-08-4943-FEDER-000064	RED	Sintra	Casal de Cambra	4
LISBOA-08-4943-FEDER-000059	RED	Sintra	União das freguesias de Aqualva e Mira-Sintra	3
NORTE-05-4943-FEDER-000045	REAS	Porto	Campanhã	23

Fonte: Elaboração própria.

No final deste processo, mesmo que intencional, a amostra manteve características que permitirão apoiar os decisores a determinar orientações quanto à distribuição territorial, tipificação de operações e tipificação de beneficiários nos domínios abrangidos por este tipo de políticas. A caracterização mais detalhada das propriedades estruturais da amostra e dos indivíduos inquiridos pode ser consultada no Anexo VI.

3. O ESTUDO

3.1 Objetivos e questões de avaliação

O projeto tem como objetivo principal identificar e testar soluções metodológicas de avaliação de impacto de políticas públicas destinadas a submeter à próxima de geração políticas públicas de apoio à habitação social e ao alojamento urgente e temporário, em particular as que serão financiadas no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2021-2026) da União Europeia.

A partir deste primeiro objetivo foi definido um segundo que passa por desenvolver e testar uma metodologia de avaliação de impacto ancorada na abordagem Avaliação Realista devidamente ajustada ao domínio em avaliação (habitação social) e que incorporasse mecanismos de valoração económica das intervenções, por forma a dar resposta aos seguintes desafios: i) necessidade de avaliar o impacto não só em termos de resultados programados, mas também de resultados não programados; ii) possibilidade de valoração económica da intervenção em função de contextos variados e cálculo de indicadores de monetarização do impacto; iii) compromisso de apresentar orientações metodológicas para exercícios de avaliação de impacto viáveis e exequíveis para a próxima geração de políticas públicas de apoio à habitação social.

Na Proposta foram apresentadas doze questões de avaliação relativas à PI.08, no entanto no decorrer do projeto não foi possível aceder à informação detalhada relativa ao Sistema de Informação do PT2020 inicialmente prevista e a realização do método “Análise do sistema de informação do PT2020”, uma vez que esta não foi disponibilizada em tempo útil. Este facto inviabilizou a capacidade de resposta às questões Q2, Q4, Q8 e Q10 então formuladas. Em relação à Questão 6 (*Das modalidades de apoio previstas quais a que se revelaram mais eficazes e mais eficientes na concretização dos objetivos da Prioridade de Investimento 08?*) verificou-se após a análise da amostra que se trata sempre da mesma modalidade de apoio (subvenção não reembolsável) não sendo possível efetuar assim uma análise diferenciada. Da mesma forma, também em relação à Questão 7 (*Dos diferentes tipos de beneficiários previstos quais os que se revelaram mais eficazes e mais eficientes na concretização dos objetivos da*

Prioridade de Investimento 08?) se verificou que todos os beneficiários pertenciam ao mesmo tipo (autarquias locais e suas associações) inviabilizando uma análise comparativa. Estas seis questões de avaliação não foram incorporadas no presente relatório final, tendo sido desenvolvidas as outras seis:

- Q1. Em que medida são os objetivos da Prioridade de Investimento 08 pertinentes em relação às necessidades e prioridades identificadas para o alojamento urgente e temporário em Portugal?
- Q3. Em que medida as realizações físicas e as operações apoiadas contribuem para o cumprimento dos objetivos definidos para a Prioridade de Investimento 08?
- Q5. Das tipologias de intervenção previstas quais as que se revelaram mais eficazes e mais eficientes na concretização dos objetivos da Prioridade de Investimento 08?
- Q9. Qual é a relação entre o investimento efetuado através da Prioridade de Investimento 08 e os resultados alcançados em termos de valoração económica?
- Q11. Em que medida os resultados obtidos no domínio da inclusão social, proteção, autonomização e proteção social podem ser atribuídos à intervenção específica da Prioridade de Investimento 08?
- Q12. Como valoram os diferentes beneficiários finais as intervenções do Prioridade de Investimento 08 em termos económicos?

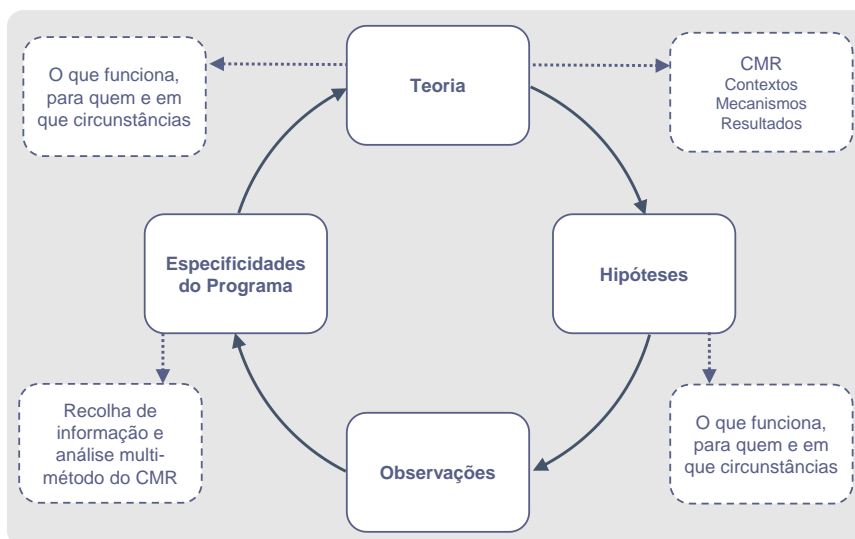
3.2 Enquadramento teórico e abordagem metodológica de referência

O projeto decorre da ambição de desenvolver o conhecimento científico no domínio da inovação em avaliação de impacto de políticas públicas, recorrendo para tal ao desenvolvimento e teste de uma abordagem metodológica avançada e singular de avaliação de políticas públicas. O modelo metodológico subjacente ao projeto enquadra-se nas abordagens de avaliação de políticas públicas «baseadas na teoria» e, dentro destas, a sua estrutura fundamental está em linha com o tipo «Avaliação Realista» e com o corpo teórico que lhe é inerente, sendo esta característica o primeiro elemento estruturador do construto do projeto.

A Avaliação Realista, cujo trabalho de referência - *Realistic Evaluation* - foi publicado por Ray Pawson e Nicholas Tilley em 1997 é uma abordagem específica do domínio da avaliação de políticas públicas que, em alternativa às duas escolas de pensamento mais abrangentes e em torno das quais a prática de avaliação tem sido frequentemente organizada, o positivismo lógico e o construtivismo social, surge claramente enraizada no realismo científico. O seu foco principal é a explicação a partir de uma abordagem complexa de como os comportamentos sociais e individuais funcionam (ou podem funcionar). Neste caso, as políticas e os programas são entendidos como sistemas abertos, complexos, dinâmicos e com limites permeáveis e elásticos que permitem a interação com outros sistemas, de modo que qualquer resultado que destas derive será sempre uma consequência de interações dentro e através dos sistemas e não simplesmente um resultado isolado do programa ou política. A Avaliação Realista procura, na sua essência, compreender como uma política ou programa causa os resultados desejados, sendo o seu objetivo primordial não só testar e aperfeiçoar a teoria por trás da intervenção,

como também determinar os resultados da política num determinado conjunto de circunstâncias - uma Avaliação Realista não pergunta "o que funciona?", nem "por quanto funciona", mas sim "o que funciona, para quem, em que aspetos, em que medida, em que contextos e como?".

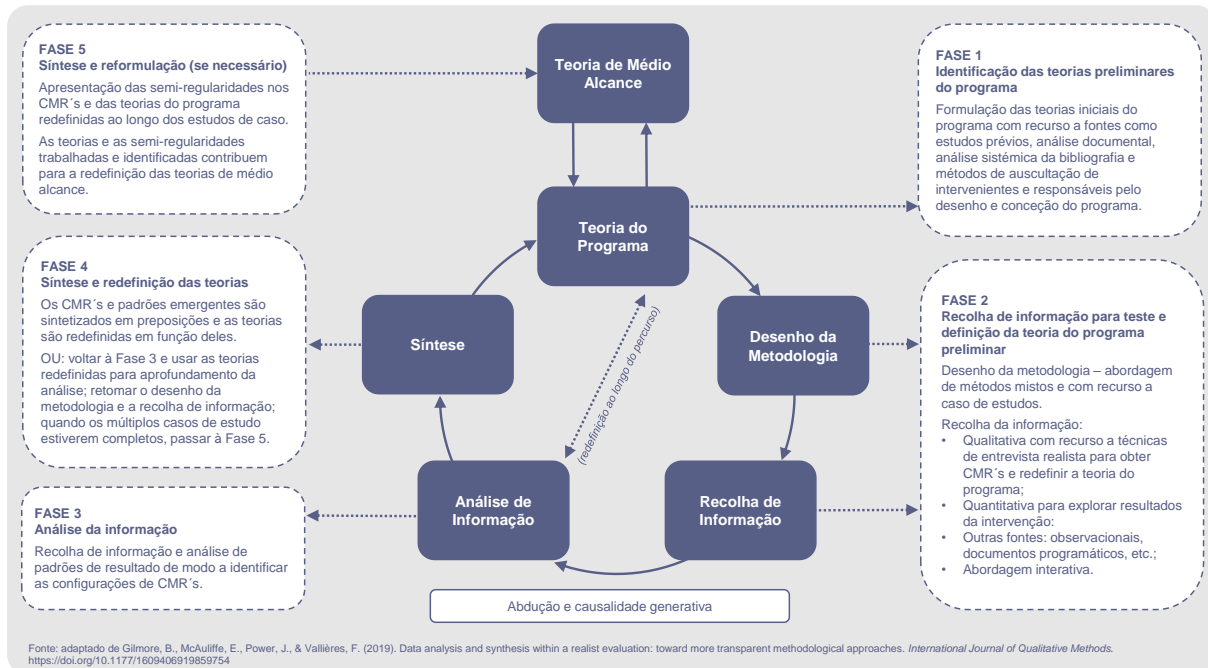
Figura 3. O ciclo da Avaliação Realista



Fonte: Adaptado de Pawson & Tilley, (1997) ⁶, p. 85.

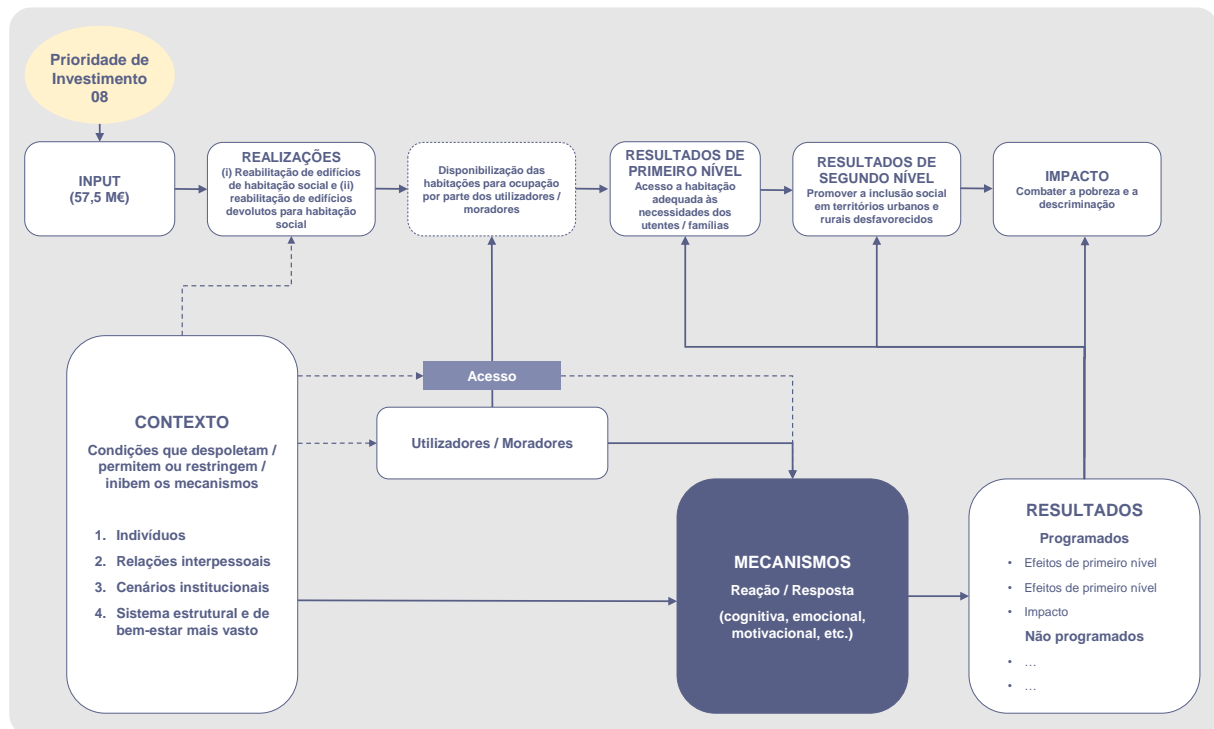
⁶ Pawson, R. & Tilley, N. (1997). Realistic evaluation. SAGE.

Figura 4. Exemplo de roteiro metodológico em Avaliação Realista



Ainda no quadro epistemológico, o projeto recorre igualmente a duas teorias centrais em políticas públicas, isto é, a Teoria do Programa e a Teoria da Causalidade. Da conjugação destas duas teorias e respetiva triangulação com a Avaliação Realista, deriva o segundo elemento estruturador do construto do presente projeto, isto é, a conceção e aplicação do método CMR (Contexto-Mecanismos-Resultados) que constitui o núcleo central da abordagem metodológica. O CMR está constituído por uma configuração de “fatores explicativos” (que na sua versão original são três: Contexto, Mecanismos e Resultados) destinados identificar as formas pelas quais determinados mecanismos causais podem funcionar em contextos particulares de modo a gerar resultados específicos para determinados grupos de pessoas. Este método é na sua essência uma das formas de conceptualizar os fatores causais e traduz-se em modelos que indicam como as intervenções (programas, políticas, projetos, etc.) ativam mecanismos entre os indivíduos e quais as condições necessárias para induzir alterações em regularidades comportamentais ou de eventos e como estes, em conjunto com os contextos relevantes, permitem prever e explicar a variação do padrão de resultados das próprias políticas. Para que tal seja possível é necessário criar antecipadamente hipóteses sobre os mecanismos que provavelmente irão atuar, os contextos em que eles podem operar e os resultados que serão observados, construindo desta forma os CMR que serão validados ou refutados no exercício de avaliação.

Figura 5. Configuração base do CMR na Prioridade de Investimento 08



Fonte: elaboração própria.

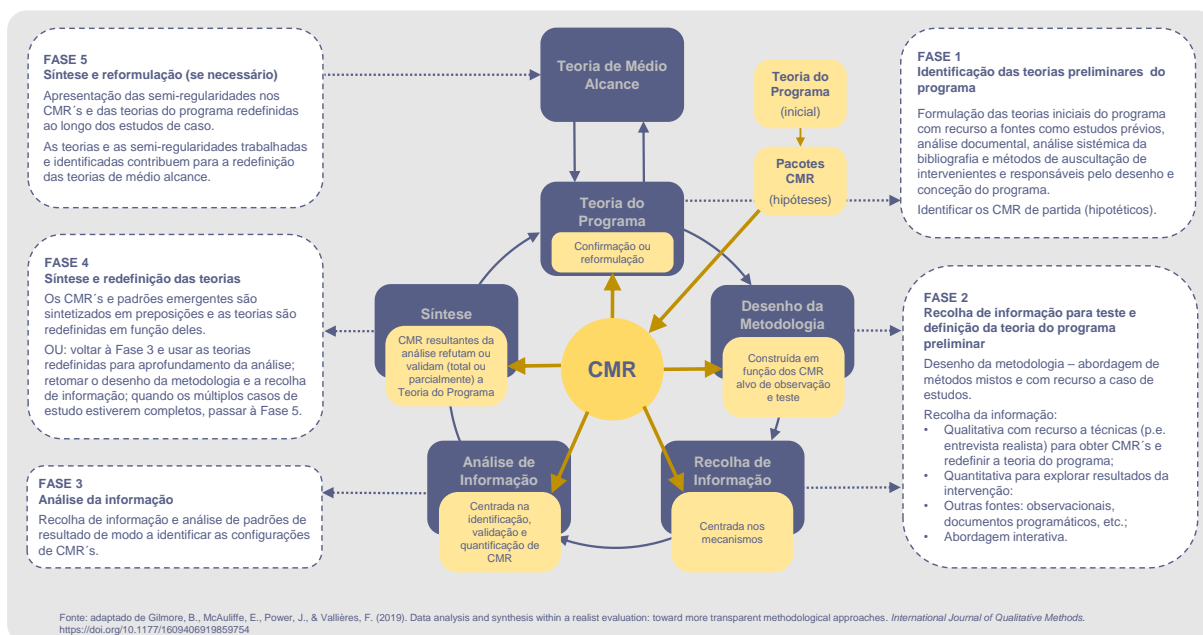
Sendo a política pública objeto de estudo deste projeto (Prioridade de Investimento 08) um instrumento financeiro de apoio público para a habitação com fins sociais, isto é, genericamente bens e serviços para os quais não há mercado, procurámos explorar e ensaiar opções metodológicas alternativas que, não sendo vulgares no contexto nacional e comunitário e no âmbito das políticas públicas de habitação, não só nos permitissem construir e testar um quadro conceptual robusto sobre a «caixa negra» do programa e das relações causais que dele derivam (ou supostamente deveriam derivar), como também nos possibilitassem valorar economicamente as opções tomadas em função de distintas condições e contextos, passo normalmente omitido ou negligenciado neste tipo de avaliação. Para tal, complementámos a arquitetura mais comum de uma abordagem realista de avaliação, com um método mais próximo da análise económica (Método de Valoração Contingente), ao qual foi atribuído a função de nos auxiliar na compreensão dos resultados obtidos em sede de CMR e na identificação das lógicas de valoração económica da intervenção e da respetiva análise do impacto.

3.3 Quadro metodológico

A operacionalização da abordagem metodológica geral consiste na conjugação e triangulação de três métodos distintos utilizados em avaliação de políticas públicas, dois deles ligados diretamente à avaliação de impacto baseada na teoria (Abordagem Científica da Política e Análise Comparativa

Qualitativa) e um que sendo já relativamente comum em políticas públicas é também muito próximo da análise económica (Método de Valoração Contingente). Com esta opção procura-se construir uma metodologia de impacto que maximize o potencial da congregação de duas teorias essenciais para a Ciência das Políticas Públicas da atualidade, a Teoria da Programação e a Teoria da Causalidade, tendo igualmente como pano de fundo a integração de dois pilares básicos da governação pública: a lógica das políticas públicas orientadas para os resultados e o princípio das políticas baseadas na evidência.

Figura 6. Enquadramento da abordagem CMR no roteiro metodológico em Avaliação Realista



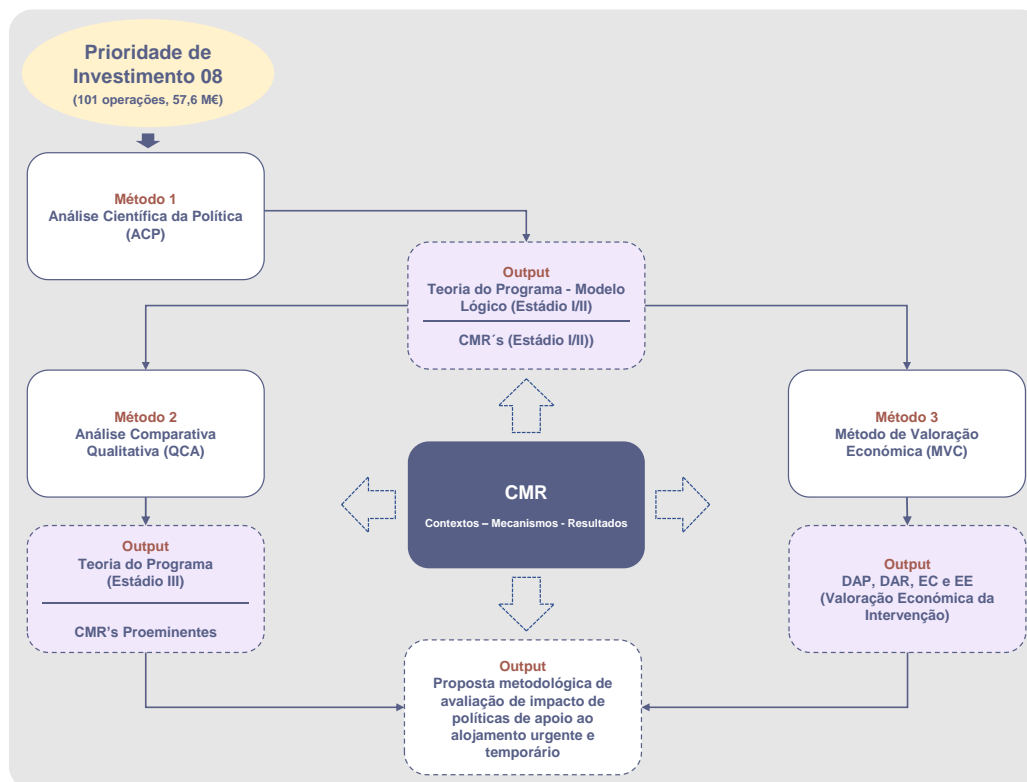
Neste projeto, tal como acontece genericamente em outros estruturados igualmente com base na abordagem realista, o método CMR é de primordial importância, desde logo, porque constitui “a âncora” da triangulação de todos os outros métodos. Neste caso, os CMR identificados e consolidados conceptualmente no desenvolvimento do primeiro método do projeto (Abordagem Científica da Política) e analisados, quantificados, validados e valorados financeiramente no segundo e terceiro (Análise Comparativa Qualitativa e Método de Valoração Contingente) funcionarão como «pacotes causais» de referência que explicam o funcionamento e alcance da política na perspetiva do impacto. Em termos de seleção das configurações de CMR a utilizar, uma vez que existem algumas variações possíveis, optou-se por seguir a versão do trabalho original de Pawson & Tilley (1997) e pela configuração de CMR do tipo Contexto–Mecanismos–Resultado. Em termos de conceitos inerentes a esta configuração foram estabilizados os seguintes elementos:

- Contexto - O contexto descreve as características das condições em que os programas são introduzidos e que possam ser relevantes para o funcionamento dos mecanismos do programa. Os contextos não se referem a lugares, pessoas, tempo ou instituições em si, mas às relações sociais, regras, normas e expectativas que os constituem, bem como aos recursos disponíveis

(ou não). Por conseguinte, os contextos estão ligados aos mecanismos através dos quais os programas funcionam e devem ser entendidos como um elemento analítico distinto, mas interligado, de uma configuração de CMR. O contexto surge aqui muito ligado ao "pano de fundo" em que se realizam as operações e à caracterização das mesmas no momento de arranque dos projetos (i.e., antes da sua materialização física), bem como aos principais problemas a que estas procuravam dar resposta numa perspetiva de proximidade.

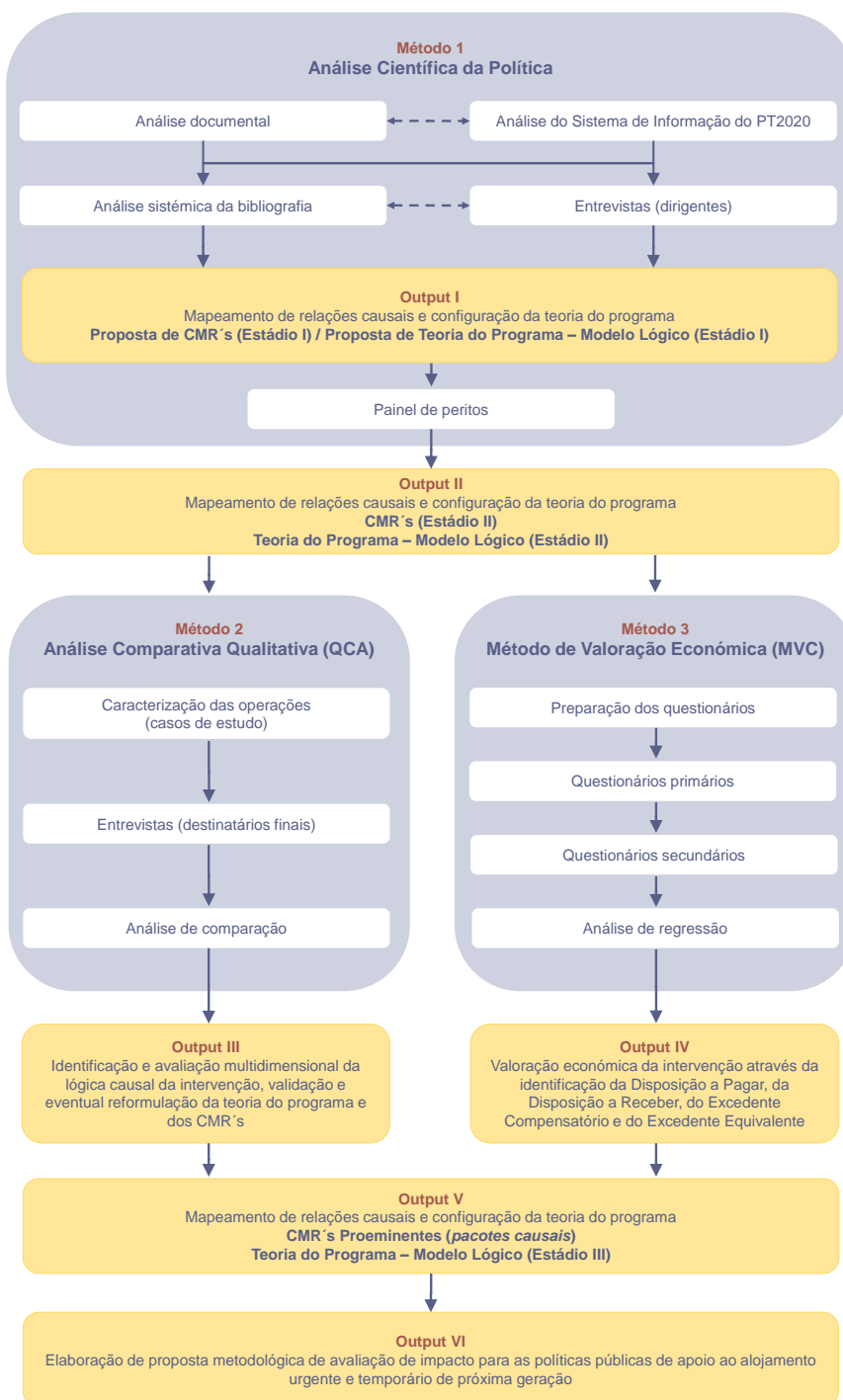
- **Mecanismo** – O mecanismo envolve o recurso criado pela materialização das operações e a sua disponibilização aos destinatários, ou seja, o “acesso” à habitação (nova ou renovada, consoante a tipologia do projeto) – isto é, ao ato de usufruir / habitar nas condições previstas no projeto (inerente às características técnicas e arquitetónicas do imóvel financiado) vivenciado pelo utilizador / inquilino – (+) mais a reação / resposta (cognitiva, emocional, motivacional, etc.) dos utilizadores ao usufruto do bem disponibilizado pelo programa que possa conduzir à obtenção dos resultados. Neste caso, os mecanismos são essencialmente comportamentos, escolhas, raciocínios, decisões tomadas pelos indivíduos que após acederem ao usufruto da habitação social (*input* material do programa), contribuam numa lógica causal para a concretização dos resultados do programa (sejam eles esperados ou não).
- **Resultados** - Os resultados compreendem as consequências pretendidas e as não intencionais dos programas, decorrentes da ativação de diferentes mecanismos em diferentes contextos. Em termos hipotéticos os resultados a integrar no CMR também poderão ser de dois tipos: i) os programados, isto é, os que estão formalmente previstos no enquadramento programático da PI.08 e que decorrem dos seus objetivos; ii) não programados, isto é, aqueles que venham a ser identificados como resultados potenciais identificados no decorrer da aplicação dos instrumentos previstos na Análise Científica da Política.

Figura 7. Articulação método CMR com os métodos base do projeto



Fonte: elaboração própria.

Figura 8. Síntese dos principais componentes da metodologia



Fonte: elaboração própria.

O primeiro método, a «Abordagem Científica da Política» (ACP), é um método difundido por Leeuw⁷ em 2003 que incorpora racionais oriundos da avaliação realista e da teoria da programação aplicados às políticas públicas. Na sua essência destina-se à identificação ou reconstrução da teoria de um instrumento de política pública, dando especial relevo à dimensão política deste, à visão dos atores políticos sobre a intervenção e à identificação das razões pelas quais os responsáveis pela política entendem ser necessário resolver o problema a que essa política se dirige. A abordagem metodológica pode ter algumas variações, mas na sua essência incorpora ferramentas metodológicas de análise documental, revisão de literatura, auscultação e interação com *stakeholders* e análise de argumentação. No caso deste projeto optou-se por recorrer a cinco ferramentas de obtenção e tratamento devidamente encadeadas e articuladas, mas distintas entre si:

- Análise documental – Levantamento e tratamento de documentação relativa ao instrumento de política em avaliação, designadamente documentos referenciais de política pública que estejam na sua génese, documentos de programação, operacionalização, implementação e avaliação do PT2020, legislação e regulamentação aplicável, estudos científicos e técnicos de referência, bem como de documentação similar de outros programas que tenham antecedido a PI.08. Procura-se assim identificar, entre outros, mecanismos, instrumentos, processos e meios previstos para a implementação da PI.08, bem como a informação necessária para uma visão enquadradora das intervenções em apreço, que possa ser útil para o desenho da teoria do programa e identificação / compreensão das relações causais que a sustentam.
- Análise do sistema de informação do PT2020 – Técnica de aquisição de informação secundária (qualitativa e quantitativa) integrado na família das metodologias de *desk research*, consistindo essencialmente, na recolha (e subsequente análise) de informação diretamente associada às operações da PI.08 existente nos sistemas de informação dos organismos de gestão do PT2020. Neste caso, a análise ficou circunscrita à informação pública existente, não incorporando as variáveis do Sistema de Informação do PT2020 inicialmente previstas (previamente identificadas no Anexo V da Proposta) uma vez que os dados não foram disponibilizados.
- Análise sistemática de bibliografia – Ancorada sob o prisma realista, a análise sistemática da bibliografia empreendida procurou, para lá da perceção do estado da arte, responder a duas questões essenciais e orientadoras: i) quais são os mecanismos que decorrem do acesso à habitação social, segundo a literatura especializada? ii) quais são as condições de contexto e quais resultados decorrem de cada um dos mecanismos sugeridos pela bibliografia? Para viabilizar esta análise e responder às questões orientadoras foi preciso construir uma base de referências bibliográficas dedicadas às políticas públicas de habitação social, para as quais se recorreu ao *software Harzing's Publish or Perish* e a quatro rondas sequenciais de recolha de textos científicos produzidos entre os anos 2000 e 2022 e publicados em periódicos indexados na *Web of Science* (WoS). Daqui foram identificados 70 artigos, de entre os quais 30 foram objeto da análise sistemática da bibliografia, tendo sido a partir deste *corpus* que foi possível

⁷ Leeuw, F. L. (2003). Reconstructing program theories: methods available and problems to be solved. *American Journal of Evaluation*, 24(1), 5–20.

identificar as relações causais que permitiram estabelecer os Pacotes CMR. A descrição metodológica detalhada e os principais resultados deste método podem ser consultados no Anexo II.

- Entrevistas semi-diretivas a decisores – A amostra das entrevistas semi-directivas foi composta por 19 representantes e decisores vinculados à área de habitação social, realizadas por meio de 12 contactos diretos via plataforma de interação digital, abarcando quatro CCDR's (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional), sete câmaras municipais e uma empresa municipal de habitação social. Para a recolha dos dados das entrevistas foram utilizados dois guiões, tendo um como público-alvo os membros das CCDRs e o outro as autarquias locais e as empresas de habitação social. Estes guiões foram criados com base na literatura pré-estabelecida na etapa anterior de revisão sistemática bibliográfica e tiveram como objetivo principal, por um lado, identificar os principais aspetos que envolveram a criação da PI.08 e, por outro, descrever os seus respectivos CMRs. A descrição metodológica detalhada da realização das entrevistas e os seus principais resultados podem ser consultados no Anexo III.
- Painel de peritos – Os painéis de peritos foram utilizados para análise e validação da primeira proposta de CMR's e da teoria do programa (Estádio I) concebida com recurso às ferramentas anteriores. Neste caso, os painéis de peritos estiveram compostos por nove técnicos superiores vinculados à área de habitação social ao nível local e foram realizados por meio de duas sessões de discussão via plataforma de interação digital, sendo o primeiro painel composto por 5 membros e o segundo por 4 membros. As autarquias locais participantes foram Leiria, Tomar (2 membros), Porto, Sintra (2 membros), Moura e Sesimbra, e a empresa habitacional BragaHabit. Foi assim possível sintetizar a informação proveniente de um conjunto alargado de pontos de vista no sentido de chegar a um juízo de valor sobre o funcionamento do programa em questão e os seus impactos à luz dos CMR e da teoria do programa proposta. A descrição metodológica detalhada da realização dos painéis de peritos e os contributos deles decorrentes podem ser consultados no Anexo IV.

No final do ACP e a partir dos resultados do painel de peritos foi possível mapear graficamente as ligações causais potenciais resultantes da implementação da PI.08 de modo a construir uma nova versão da teoria do programa (Estádio II), bem como estabilizar em número e conteúdo o conjunto de CMR que serviu de base ao desenho e implementação dos dois métodos seguintes.

O segundo método é a **Análise Comparativa Qualitativa** (QCA) e consiste numa técnica analítica que combina metodologias quantitativas e qualitativas para estabelecer relações causais por meio de comparações sistémicas (Ragin, 1989). Permite, desta forma, compreender a complexidade de uma dada configuração e reconhecer as componentes mais relevantes que a constituem. Em linhas gerais, o QCA alarga o campo de exploração das abordagens científicas orientadas ao exame de variáveis qualitativas, permitindo o desenvolvimento de análises intensivas de um conjunto reduzido de casos e o mapeamento das múltiplas relações causais constitutivas de uma configuração empiricamente complexa. No domínio da avaliação das políticas públicas, o QCA enquadra-se nas abordagens realistas

para a avaliação, na medida em que incorpora uma visão complexa da causalidade, uma perspetiva generativa, uma abordagem baseada na função de comando da teoria e uma reivindicação limitada de generalização (Befani et al, 2007). Em termos de percurso metodológico a aplicação do QCA consistiu no desenvolvimento de três etapas: i) caracterização operações a partir da análise documental, ii) preparação da componente QCA nos questionários e administração do inquérito aos destinatários finais, iii) análise comparativa dos casos com foco nas relações causais teoricamente sugeridas pelos pacotes CMR da Teoria do Programa (Fase II). No decurso de desenvolvimento deste projeto e em virtude da natureza do objeto empírico analisado, optou-se pela utilização do método de análise dos conjuntos difusos (*fuzzy-set*) e pelo recurso ao *software fs/qca*. No final o QCA permitirá identificar relações causais privilegiadas entre condições de contexto e resultados, pondo em evidência os mecanismos, isto é, as respostas individuais resultantes da alteração dos comportamentos após a intervenção e desta forma contribuir para uma avaliação detalhada e multidimensional das relações causais constitutivas de cada um dos oito Pacotes CMR. A descrição metodológica detalhada e os principais resultados deste método podem ser consultados no Anexo V.

O terceiro método é o **Método de Valoração Contingente (MVC)** e enquadra-se no campo das abordagens económicas usadas para estimar os valores monetários de bens e serviços para os quais não há preços de mercado, ou seja, bens e serviços que têm valor, mas que não são comercializados em mercados formais. O MVC é assim um método de avaliação de preferência declarada que pergunta a disposição de pagar, a disposição de aceitar ou a disposição de votar relativas a questões futuras que estimam diretamente os benefícios que não são de mercado, sendo considerado "contingente" porque usa informações sobre como as pessoas dizem que se comportariam em determinadas situações hipotéticas (contingentes à situação real). Em síntese e na ausência de sinais de mercado, o método procura, por meio de *surveys*, revelar as preferências do consumidor por um bem ou serviço e, com isso, captar a sua disposição a pagar pelo mesmo. Dentre entre as metodologias de MVC, neste estudo utilizou-se do método "*Willingness to Pay*" (WTC), que consiste numa subcategoria de valoração contingente económica com foco em um serviço ou bem utilizado (foco deste trabalho e da PI.08). No final o MVC permitirá perceber a valoração económica da intervenção através da identificação da Disposição a Pagar, da Disposição a Receber, do Excedente Compensatório e do Excedente Equivalente correspondente à implementação da PI.08. A descrição metodológica detalhada e os principais resultados deste método podem ser consultados no Anexo VI.

Finalizados os três métodos, estarão criadas as condições para a concretização das componentes de remate do projeto: i) mapeamento de relações causais e configuração da teoria explicativa do programa (Estádio III) a partir dos CMR proeminentes em termos de projeção de impacto; ii) definição de conclusões relativas à avaliação do impacto da intervenção em termos de resultados programados e resultados não programados; iii) a elaboração de uma proposta metodológica de avaliação de impacto para as políticas públicas de apoio à habitação social de próxima geração (Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário), construída a partir das lições de experiência retiradas deste projeto.

3.4 Principais ajustamentos *in itinere*

Ao longo do desenvolvimento do projeto e de implementação da abordagem metodológica foram surgindo limitações e constrangimentos que justificaram algumas opções e ajustamentos não previstos na proposta inicial. Estes casos foram sendo expostos ao longo dos relatórios específicos das componentes metodológicas utilizadas, de modo que no presente relatório são só apresentadas as que dizem respeito aos questionários (ou entrevistas, na proposta inicial).

Na metodologia inicialmente formulada em sede de Proposta o método QCA recorreria a “entrevistas semi-directivas aos beneficiários finais (moradores/utilizadores)” como instrumento base de obtenção de informação. Estas foram posteriormente substituídas por questionários, opção que se deve essencialmente a seis circunstâncias decorrentes do desenvolvimento e aprofundamento do projeto:

- 1) O elevado número de mecanismos (8), respetivas condições de contexto (13) e de resultado (29) identificados no final da Fase 1 tornavam inviável a sua integração num só momento de entrevista. A incorporação de todos estes elementos numa mesma estrutura / guião de entrevista revelou-se impraticável uma vez que a sua aplicação em contexto real tornaria a mesma excessivamente longa e obrigaria a reparti-la no tempo, criando obstáculos em termos logísticos e metodológicos que o horizonte temporal do projeto não permitiu ultrapassar.
- 2) O teor das perguntas a fazer, de natureza factual ou de opinião relativamente às características dos residentes e da habitação, bem como a opinião dos beneficiários relativamente a determinadas características da habitação (p.e. presença de humidades e bolores, degradação dos edifícios) ou da vida na mesma (p.e. sobrelotação, dificuldades de climatização) antes e depois da intervenção era, de facto, melhor acomodado num inquérito por questionário do que num guião de entrevista, onde se procura o aprofundamento de um conjunto de temas por parte do entrevistado.
- 3) Os constrangimentos temporais foram também um fator considerado na opção pela realização de um inquérito por questionário. O curto lapso temporal entre a realização da inquirição em papel e a respetiva transformação numa base de dados em Excel ou SPSS pronta para a análise é incompatível com o tempo (sem contabilizar o custo) que demoraria a transcrição de todas as entrevistas e posterior análise de conteúdo com vista à transformação do discurso dos entrevistados em categorias passíveis de análise através do *software fs/qca*.
- 4) Embora o *software fs/qca* seja flexível e adaptável a diversos tipos de categorias (dicotómicas ou escalas de resposta de dimensão diversa), a questão central é a necessidade de produção dessas categorias. Ora, constituiria um desperdício de tempo e de recursos a realização de entrevistas semi-diretivas com algum grau de aprofundamento para posteriormente serem reduzidas a categorias em escala passíveis de análise pelo *software fs/qca*, em lugar da obtenção dessas respostas imediatamente categorizadas por ação da realização de um inquérito por questionário.
- 5) O recurso aos CMR como elemento estruturador do construto do presente projeto implica, por um lado, que todos os instrumentos de recolha de informação estejam organizados em função destes, bem como que o cruzamento e triangulação entre eles seja viável e robusto. Desde

modo, a opção por realizar os exercícios de recolha de informação para o QCA e MVC em simultâneo e para mesma amostra revelou-se essencial para um eventual cenário de triangulação entre eles.

- 6) Um último argumento de natureza ética. A transformação de um discurso mais ou menos fluido em categorias numa escala de Likert, por exemplo, é um procedimento de contornos éticos delicados e passível de uma enorme possibilidade de erro na “tradução” dessa informação. Se o objetivo é a obtenção de respostas em categorias nominais ou ordinais a melhor opção é sempre um inquérito por questionário que reflita claramente a resposta do inquirido.

Considerou-se, portanto, que a opção pelos questionários não colocava em risco a aplicação da abordagem booliana assente na comparação lógica de cada caso como uma combinação de condições causais e de resultado e na respetiva comparação das diversas combinações, bem como a sua posterior simplificação lógica por meio de um processo ascendente de comparação emparelhada. O método manteria assim a sua capacidade para obter resultados realistas úteis para as políticas públicas através da sua capacidade de identificar e medir diferentes combinações de condições que levam a resultados, contribuindo para a construção e validação da teoria do programa, e de produção de explicações conjunturais e contextuais para a identificação do impacto.

Refira-se ainda que a aplicação do questionário não decorreu como esperado, eventualmente por não ter sido aplicado por inquiridores profundamente conhecedores das necessidades de informação específicas para a análise de CMR (que é muito específica e especializada). Como consequência registou-se um número excessivo de não respostas e de “não se aplica”, invalidando a análise de um número muito significativo de casos. O tipo específico de análise efetuada com o QCA necessita de respostas válidas para todos os casos analisados, sendo estes invalidados a partir da existência de uma única não resposta. Este problema amplificou o problema inicial decorrente de uma amostra de curta dimensão (77 casos) que, em algumas análises, se resumiu a 12. Ora a existência de um baixo número de casos válidos diminui significativamente o potencial de um procedimento analítico destinado a obter o máximo número de soluções obtido a partir de um conjunto de condições (variáveis independentes) face a um resultado (variável independente). Neste sentido e apesar da reduzida dimensão do número de questionários realizados e da presença significativa de ausência de respostas não inviabilizar a aplicação e teste global da metodologia (propósito base do projeto), chamamos a atenção para o facto colocarem limitações na sua representatividade no universo de operações da PI.08, na extrapolação geral dos resultados e no alcance das respostas às questões de avaliação.

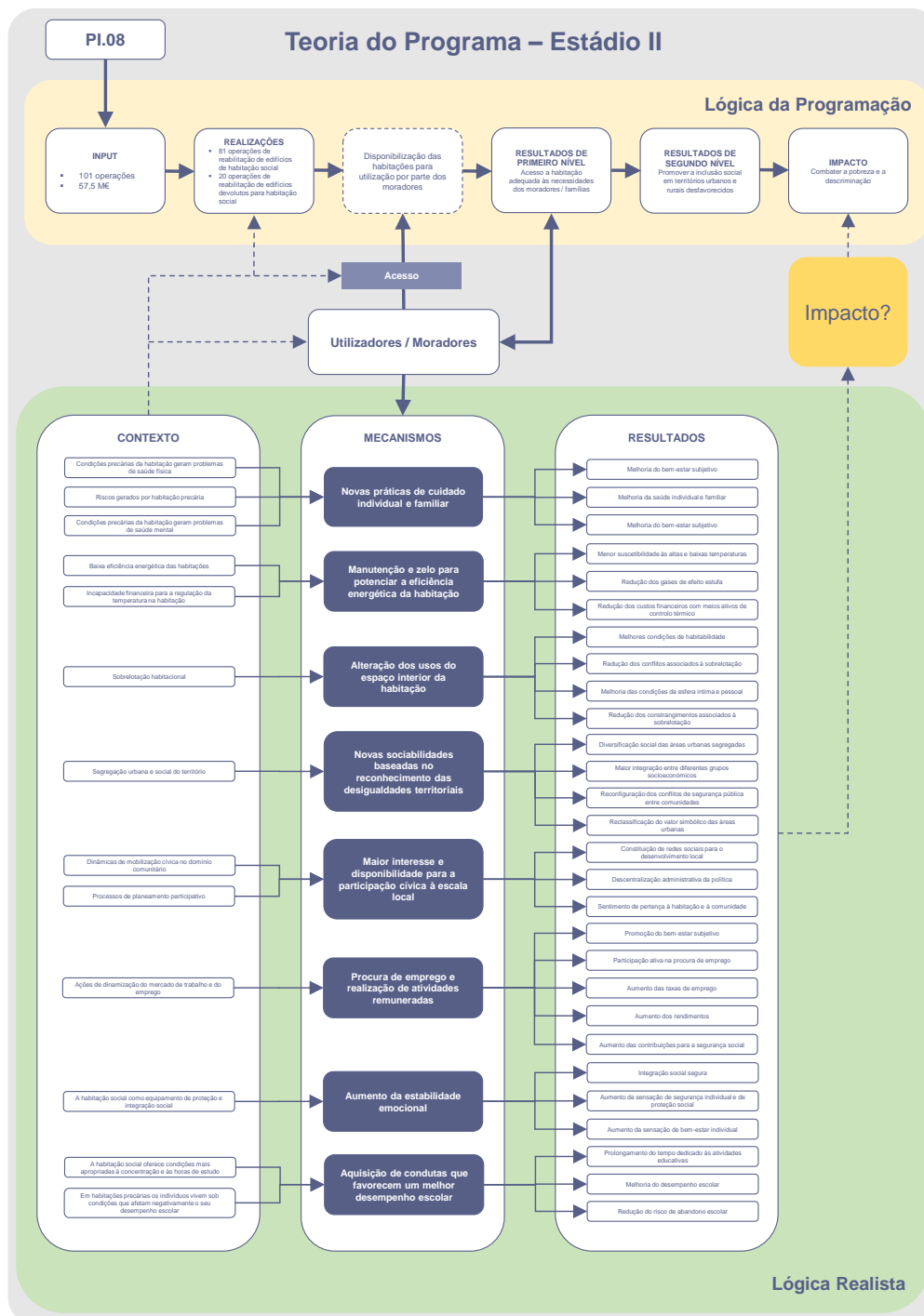
3.5 Resultados

3.5.1 Análise Científica da Política

Como já foi referido o método ACP permitiu elaborar os CMR's e mapear graficamente as ligações causais potenciais resultantes da implementação da PI.08 de modo a construir a proposta de teoria do programa (os conteúdos detalhados da análise encontram-se nos Anexos II, III e IV) que serviu de base

ao desenho e implementação dos dois métodos seguintes. Os oito CMR's e a proposta de teoria do programa daqui resultantes estão representados na figura seguinte.

Figura 9. Modelo lógico dos CMR e teoria do programa (Estádio II)



Fonte: elaboração própria.

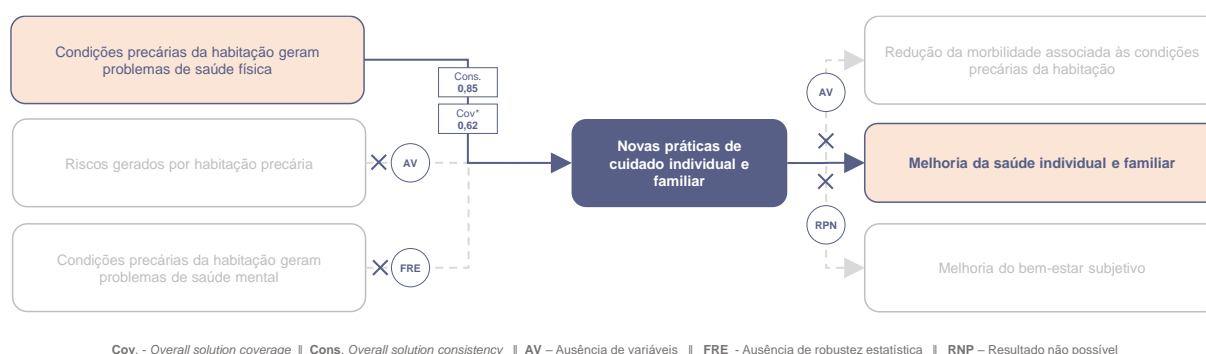
3.5.2 Análise Comparativa Qualitativa

A especificidade do método QCA utilizado exigiu que a análise de cada CMR fosse feita separadamente e os resultados que decorrem deste exercício, bem como os pormenores e opções metodológicas de cada caso, são relativamente minuciosos e extensos, de modo que para maior detalhe recomendamos a consulta do Anexo V.

No presente relatório optou-se por expor somente uma síntese que consiste na identificação, para cada um dos CMR, das condições de “contexto” e de “resultado” que, à luz da análise QCA, estão presentes e que, como tal, evidenciam que foram acionados os respetivos “mecanismos” (i.e., as respostas individuais resultantes da alteração dos comportamentos após a intervenção) no sentido da mobilização do impacto que, como sabemos, na análise realista é aferido com base no que se obtém em termos de “resultados”.

Em relação ao **CMR 1 – Habitação social, saúde e bem-estar subjetivo** o mecanismo de partida só mobilizou um tipo de resultado (melhoria da saúde individual e familiar), indicando que à medida que as intervenções alteraram condições problemáticas de contexto – como a presença de humidade e bolores, por via do aumento da circulação do ar no interior da habitação e da consequente climatização – o aparecimento de doenças reumáticas e, sobretudo, respiratórias foi reduzido, de tal modo que os beneficiários tendem não apenas a avaliar positivamente as mudanças que presenciam, mas a adotar práticas de cuidado que os protegem das vulnerabilidades a que antes estavam expostos. Portanto, à luz da análise QCA, verifica-se que, decorrente da intervenção PI.08, as novas práticas de cuidado individual e familiar estão presentes enquanto mecanismo causal indutor de impacto em termos de promoção da saúde individual e familiar no contexto das operações objeto desta análise.

Figura 10. Resultado QCA do CMR 1 – Habitação social, saúde e bem-estar subjetivo

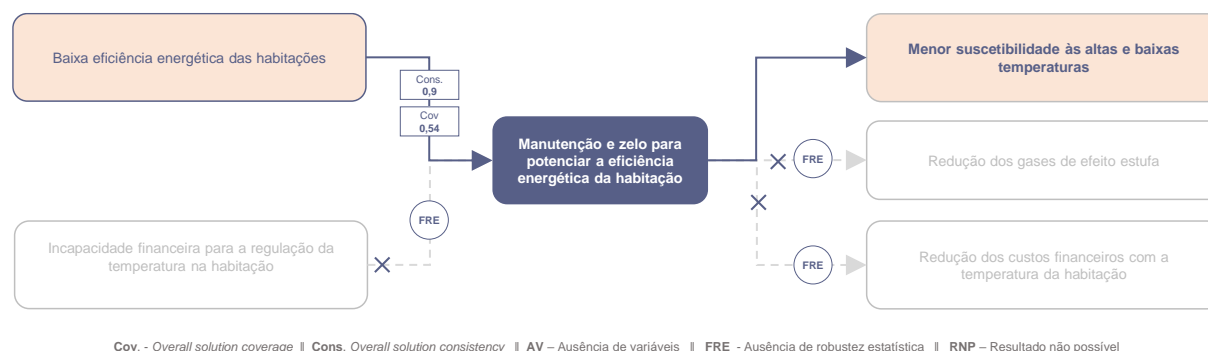


Fonte: elaboração própria.

No que concerne **CMR 2 – Habitação social e combate à pobreza energética**, o mecanismo de partida também só mobilizou um tipo de resultado (menor suscetibilidade às altas e baixas temperaturas). Trata-se, na verdade, de um mecanismo difícil de medir, mas inteligível do ponto de vista qualitativo, que se expressa através de uma atitude mais responsável dos indivíduos relativamente aos serviços de manutenção e zelo dos recursos, instalações e materiais que conferem qualidade à habitação e elevam

o seu grau de eficiência energética. Isso significa que no contexto da implementação de PI.08 se confirma que habitações mais eficientes do ponto de vista do conforto oferecido no seu interior favorecem a emergência de comportamentos e práticas que contribuem, nomeadamente, para uma melhor utilização e manutenção dos próprios equipamentos que regulam as altas e baixas temperaturas. Em termos empíricos, na medida em que as intervenções alteraram condições problemáticas de contexto como a presença de humidade e bolores e a concentração de odores decorrente da má circulação de ar, os indivíduos tendem a adotar práticas de manutenção e zelo que podem significar elevados níveis de satisfação com a intervenção que acompanharam e da qual são beneficiários finais. Em suma, seguindo o racional deste CMR verificamos que, decorrente da intervenção PI.08, as relações entre os beneficiários e as habitações podem ser positivamente melhoradas, especialmente pelo acionamento de um mecanismo cujas práticas associadas supõem uma dedicação ao cuidado do bem público, isto é, a habitação social, e do qual decorre um impacto ao nível da menor suscetibilidade às altas e baixas temperaturas.

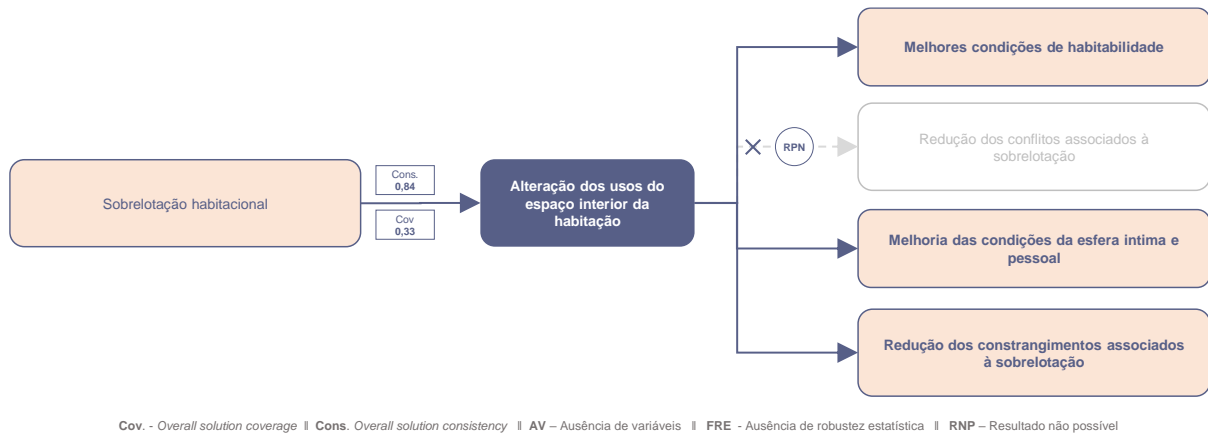
Figura 11. Resultado QCA do CMR 2 – Habitação social e combate à pobreza energética



Fonte: elaboração própria.

No que respeita ao **CMR 3 – Habitação social e sobrelotação** o cenário é mais complexo, uma vez que a partir de uma única condição de contexto (a sobrelotação habitacional) o mecanismo (alteração dos usos do espaço interior da habitação) mobiliza três tipos de resultados distintos, embora articulados entre si: i) melhores condições de habitabilidade, ii) melhoria das condições da esfera íntima e pessoal iii) e redução dos constrangimentos associados à sobrelotação. Conclui-se portanto que da PI.08 decorrem alterações nos usos do espaço interno da habitação após a intervenção que favorecem não apenas melhores condições de habitabilidade, mas também as condições para que os indivíduos possam usufruir melhor da esfera da intimidade. Esta relação causal vai de encontro à literatura científica, na medida em que se as operações deste tipo equalizarem situações problemáticas de sobrelotação e incluírem no processo de atribuição da habitação critérios técnicos que visam atender às necessidades do agregado familiar, contribuirão para gerar efeitos positivos na esfera íntima e pessoal que por sua vez têm consequências virtuosas no próprio processo de ajustamento e equilíbrio no seio familiar.

Figura 12. Resultado QCA do CMR 3 – Habitação social e sobrelotação



Fonte: elaboração própria.

No **CMR 4 – Habitação social e segregação urbana** voltamos a ter o caso do mecanismo de partida (novas sociabilidades baseadas no reconhecimento das desigualdades territoriais) só mobilizar um tipo de resultado (reclassificação do valor simbólico das áreas urbanas). Porém, neste caso, não é possível afirmar seguramente que a intervenção contribuiu diretamente para o combate à segregação urbana e social dos territórios, mas, em contrapartida, conclui-se que a intervenção proporciona aos próprios moradores novas condições de vida a partir das quais podem vir a perceber as áreas urbanas de modo a serem capazes de reclassificar o valor simbólico dessas mesmas áreas. Na prática, o resultado sugere a aquisição de competências a partir das quais a relação dos indivíduos com os territórios se dá de maneira mais crítica do que antes da intervenção, fornecendo pistas sobre uma maior demanda dessa população por respostas sociais orientadas à resolução de problemas e sobre as suas superiores expectativas em relação a respostas sociais baseadas no reconhecimento das desigualdades existentes em territórios marcados pela segregação social e urbana. Assim sendo, a mobilização do impacto aqui medido acontece na mudança de posicionamento dos moradores nos alojamentos em relação ao seu papel no processo global de segregação urbana e social dos territórios, processo esse em que eles são parte ativa.

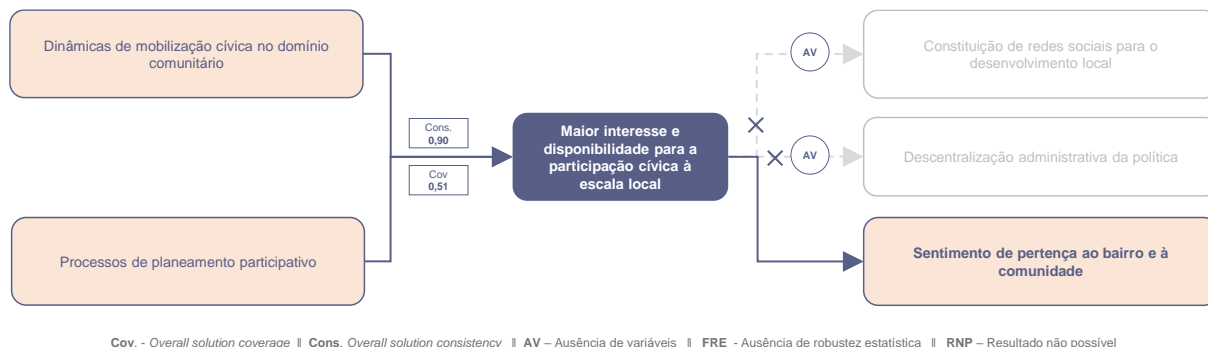
Figura 13. Resultado QCA do CMR 4 – Habitação social e segregação urbana



Fonte: elaboração própria.

No **CMR 5 – Habitação social, participação cívica e desenvolvimento local** registamos novamente a presença de um resultado (sentimento de pertença ao bairro e à comunidade) mobilizado através do mecanismo de partida (maior interesse e disponibilidade para a participação cívica à escala local), corroborando a hipótese da PI.08 estimular um maior interesse e disponibilidade para a participação cívica à escala local. Todavia, este processo depende da capacidade que o processo de intervenção tenha para integrar condições de contexto representativas de uma certa dinâmica política, em que, por exemplo, os indivíduos estejam mais dispostos a falar com os vizinhos sobre assuntos relacionados com o bairro e com os processos de planeamento participativo e comunitário. Relembre-se, neste ponto, que as operações estavam obrigatoriamente integradas em processo em planeamento (PEDU e/ou PAICD) com alguma transversalidade e que estes supostamente integrariam mecanismos de participação. Portanto, se a relação de causalidade entre a dinâmica de mobilização cívica e os processos de planeamento participativos acionaram como resultado, após a intervenção, um maior nível de sentimento de pertença ao bairro e à comunidade, é porque o mecanismo proeminente (alteração à escala do indivíduo) se revelou através de um maior interesse na esfera política e de uma maior disponibilidade para participar ativamente nos processos decisórios que podem afetar a vida comunitária na qual se encontra inserido.

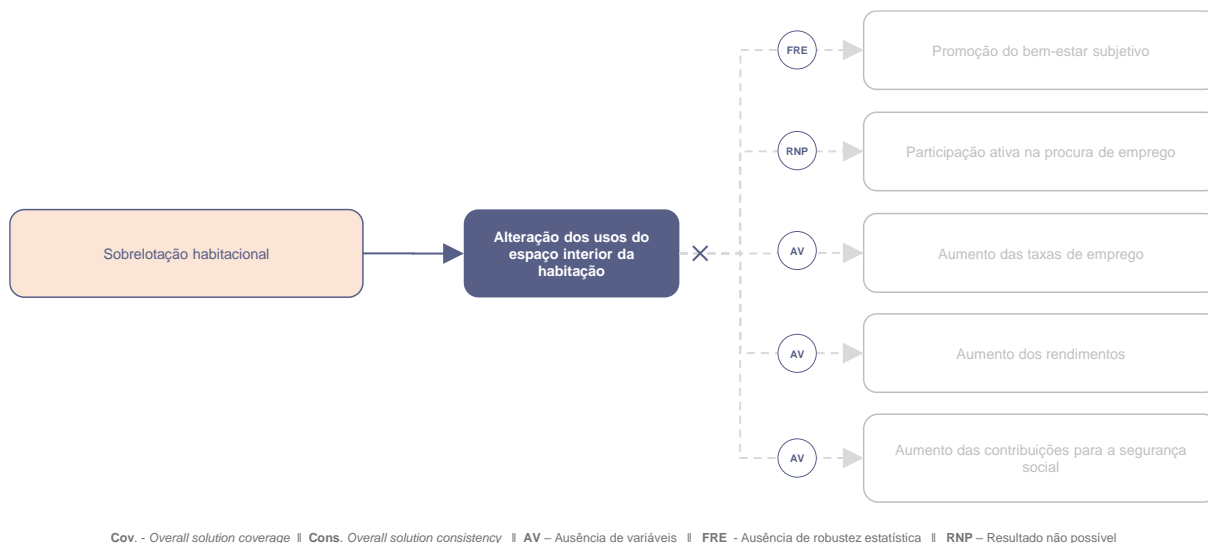
Figura 14. Resultado QCA do CMR 5 – Habitação social, participação cívica e desenvolvimento local



Fonte: elaboração própria.

No caso do **CMR 6 – Habitação social e emprego** não existe informação estatística suficiente para uma análise aprofundada, de modo que as informações obtidas a partir do método QCA não permitiram, com segurança, dar seguimento à análise CMR.

Figura 15. Resultado QCA do CMR 6 – Habitação social e emprego



Fonte: elaboração própria.

Também em relação ao **CMR 7 – Habitação social e proteção social** não foi possível dar seguimento à análise CMR devido à insuficiente cobertura por parte das variáveis do instrumento de inquirição, sobretudo tendo em conta a necessidade de lidar com a quantificação das dimensões subjetivas presentes nas dimensões de resultados previstas na teoria.

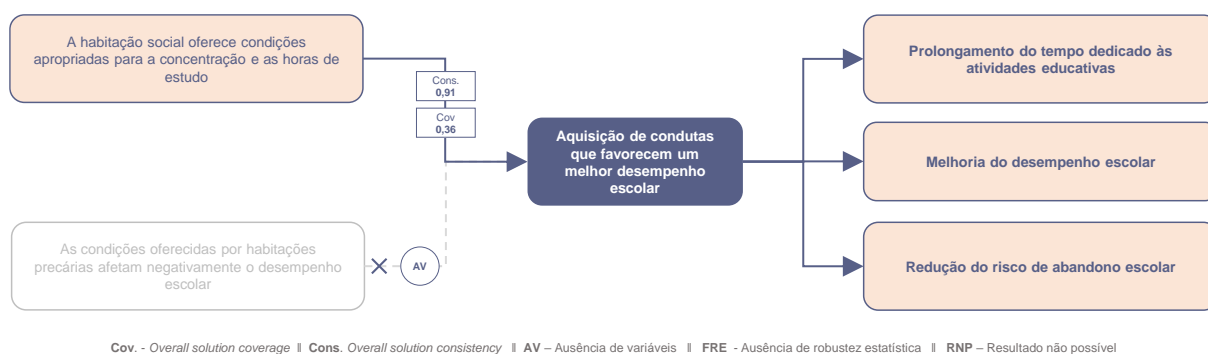
Figura 16. Resultado QCA do CMR 7 – Habitação social e proteção social



Fonte: elaboração própria.

Por fim temos o **CMR 8 – Habitação social e educação** que tem a particularidade, desde logo em relação aos anteriores, de não ter a sua génese na revisão da literatura, mas sim na realização dos painéis de peritos, isto é, trata-se de uma temática que não identificámos inicialmente na literatura, mas que os peritos imediatamente (e reiteradamente) sublinharam, mostrando-se, mesmo, surpreendidos com a sua ausência em relação à produção científica consultada. Neste CMR supõe-se que o acesso à habitação social e, especialmente, a uma unidade habitacional adequada, é acompanhado de melhores condições para o estudo, concentração e práticas de leitura às horas de trabalho autónomo dos indivíduos que se encontram em fase escolar ou em formação académica. O resultado do QCA mostra que no caso da PI.08 o mecanismo de partida (aquisição de condutas que favorecem um melhor desempenho escolar) mobiliza todas as três dimensões de impacto previstas: i) prolongamento do tempo dedicado às atividades educativas; ii) melhoria do desempenho escolar; iii) redução do risco de abandono escolar. Alerta-se, contudo, que os dados da análise QCA também sinalizam que isto depende fortemente (tal como no CMR 3) da adequabilidade do espaço interior da habitação em relação à dimensão do agregado familiar, isto é, para que o mecanismo seja acionado e se registre a aquisição de condutas por parte dos indivíduos que favoreçam um melhor desempenho escolar e a produção de impacto nas três dimensões referidas anteriormente, a condição de contexto tem que estar obrigatoriamente presente.

Figura 17. Resultado QCA do CMR 8 – Habitação social e educação



Fonte: elaboração própria

3.5.3 Método de Valoração Contingente

Como já referido, os resultados da aplicação do MVC foram limitados pelo reduzido número de questionários e de taxas de resposta, não obstante permitem-nos ter uma visão bastante consistente da utilização do MVC num contexto de aplicação da Avaliação Realista enquanto método de avaliação de impacto e do tipo de *outputs* que podem ser alcançados. Apresentam-se de seguida os principais resultados.

Em termos globais a intervenção PI.08 traduz-se sempre em ganhos em qualquer uma das dimensões principais do MVC, seja medido com base da utilização da habitação (aluguer / arrendamento), seja com base na posse da mesma (compra / venda). No primeiro caso, a intervenção representou um salto de 53,6€ entre a valoração média atribuída antes (161€) e depois (215€) da intervenção no cenário de arrendamento a terceiros da habitação utilizada e de 6,8€ no caso do cenário de aluguer da mesma a despensas próprias (106€ antes e 113€ depois), correspondendo a variações relativas de 33% e de 6%, respetivamente. No segundo caso, a evolução foi de 12.374€ entre a valoração média atribuída antes (45.353€) e depois (57.727€) da intervenção no cenário de venda da habitação utilizada a terceiros e de 1.922€ no caso do cenário de compra da mesma a despensas próprias (31.158€ antes e 39.080€ depois), correspondendo a variações relativas de 27% e de 5%, respetivamente. Como vemos, em termos do que os indivíduos estarão dispostos a pagar (Excedente Compensatório) para aceder a uma habitação e aquilo que dispostos a receber para prescindir da mesma (Excedente Equivalente) existe uma sobrevalorização da disposição a receber em relação à disposição a pagar, seja em termos de venda, seja em termos de aluguer. Também aqui o diferencial entre os dois acentua-se sobremaneira depois da intervenção. Em síntese e à luz dos dados obtidos, a PI.08 traduziu-se numa valoração dos imóveis por parte dos moradores e numa perceção de que a habitação por eles utilizada incrementou o seu valor, não só em termos de preços de mercado, mas também em relação ao benefício auferido pelos indivíduos em termos de melhoria habitacional.

Tabela 2. Valores médios dos principais resultados do MVC na perspetiva da utilização

		Alugar (a terceiros)			
		Antes da intervenção (€)	Depois da intervenção (€)	Variação	Var. (%)
Geral		161,4	215	53,6	33,2%
Tipologias de operações	REAS	10,7	106,2	95,5	892,5%
	RED	274,4	330,6	56,2	20,5%
Tipologia das habitações	≤T1	129,7	176,4	46,7	36,0%
	≥T2	156,1	234,1	78	50,0%
Características dos indivíduos	Masculino	95,9	175,4	79,5	82,9%
	Feminino	203,7	244,2	40,5	19,9%

Agregado Familiar ≤3		122	227	105	86,1%
Agregado Familiar ≥4		433	475	42	9,7%
Com Profissão		183,5	287,3	103,8	56,6%
Sem Profissão		157,2	180,2	23	14,6%
Arrendar (para o próprio)					
		Antes da intervenção (€)	Depois da intervenção (€)	Variação	Var. (%)
Geral		106	112,8	6,8	6,4%
Tipologias de operações	REAS	8	30,1	22,1	276,3%
	RED	187,6	219,7	32,1	17,1%
Tipologia das habitações	≤T1	79,3	106,3	27,0	34,0%
	≥T2	103,7	106,3	2,6	2,5%
Características dos indivíduos	Masculino	70,5	78,1	7,6	10,8%
	Feminino	126,3	136,9	10,6	8,4%
	Agregado Familiar ≤3	86	127	41,0	47,7%
	Agregado Familiar ≥4	275	258	-17,0	-6,2%
	Com Profissão	135,3	145,3	10,0	7,4%
	Sem Profissão	95,4	96,5	1,1	1,2%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3. Valores médios dos principais resultados do MVC na perspectiva da posse

Comprar					
		Antes da intervenção (€)	Depois da intervenção (€)	Variação	Var. (%)
Geral		37.157,9	39.080	1.922,1	5,2%
Tipologias de operações	REAS	2.888,9	7.416,7	4.527,8	156,7%
	RED	68.000	68.307,7	307,7	0,5%
Tipologia das habitações	≤T1	39.000	37.429	-1571	-4,0%
	≥T2	30.917	30.938	21	0,1%
Características dos indivíduos	Masculino	24.285,7	25.875	1.589,3	6,5%
	Feminino	44.666,7	45.294,1	627,4	1,4%
	Agregado Familiar ≤3	27.333	33.200	5.867	21,5%
	Agregado Familiar ≥4	73.750	77.600	3.850	5,2%
	Com Profissão	40.000	44.455	4.455	11,1%
	Sem Profissão	35.091	34.857	-234	-0,7%
Vender					
		Antes da intervenção (€)	Depois da intervenção (€)	Variação	Var. (%)
Geral		45.352,9	57.727,3	12.374,4	27,3%
REAS		10.166,7	27.500	17.333,3	170,5%

Tipologias de operações	RED	64.545,5	82.916,7	18.371,2	28,5%
Tipologia das habitações	≤T1	43.000	64.167	21.167	49,2%
	≥T2	40.600	46.786	6.186	15,2%
Características dos indivíduos	Masculino	31.000	41.875	10.875	35,1%
	Feminino	53.181,8	66.785,7	13.603,9	25,6%
	Agregado Familiar ≤3	48.333	52.500	4.167	8,6%
	Agregado Familiar ≥4	73.750	101.250	27.500	37,3%
	Com Profissão	40.625	62.778	22.153	54,5%
	Sem Profissão	49.556	54.231	4.675	9,4%

Fonte: Elaboração própria.

Outro ponto que justifica uma análise mais atenta é a diferença existente entre os dois tipos de tipologias de operações, uma vez que estas, apesar de convergirem para a disponibilização de “bens” idênticos, configuram na prática intervenções com perfis distintos (reabilitação de uma habitação já existente e já ocupada *versus* acesso a uma habitação nova), podendo, portanto, ser percecionados e vivenciadas de forma distinta pelos moradores. Também neste caso e independentemente de se tratar da utilização da habitação (aluguer / arrendamento) ou da posse da mesma (compra / venda), a intervenção PI.08 traduziu-se em ganhos em qualquer uma das dimensões principais do MVC. Neste ponto, destacamos duas ideias principais: i) o acesso à uma “habitação nova” por via da reabilitação de edifícios devolutos para habitação social (RED) regista sempre uma valoração muito superior do imóvel por comparação à tipologia reabilitação de edifícios de habitação social (p.e., após a intervenção o valor da disposição para pagar em termos de aquisição é cerca de nove vezes superior no RED por comparação aos REAS e de sete no caso de aluguer); ii) apesar da atribuição de valores muito superiores no caso das tipologias RED, na perspetiva evolutiva é na tipologia REAS que os ganhos relativos da intervenção mais se fazem sentir, independentemente de estarmos perante o cenário aluguer / arrendamento ou de compra / venda.

No MVC estava prevista também a análise da distribuição de respostas e dos seus padrões a partir de determinadas características das habitações e dos indivíduos, ainda que nestes casos o número de observações seja ainda mais limitativo em termos de alcance de conclusões. No que concerne à dimensão do agregado familiar, verificamos que é nos de menor dimensão (com três ou menos pessoas) em que os efeitos da intervenção em termos de valoração são mais acentuados na maioria dos casos, principalmente na perspetiva da utilização da habitação. A exceção é o caso da disposição a receber no caso de venda por parte dos agregados familiares maiores (quatro ou mais elementos). Se tivermos em conta o género dos indivíduos são os do género masculino que evidenciam melhor os efeitos do antes e do depois da intervenção em termos de valoração. Contudo e em termos absolutos, o valor atribuído pelo grupo feminino é sempre muito superior, independentemente dos cenários de aluguer ou compra antes ou depois da intervenção, alertando para o facto destes dois perfis de indivíduos poderem ter perceções bastante distintas nesta matéria (em termos médios a valoração do género feminino supera na maioria dos casos em mais de 60% a do grupo masculino). Já em relação à condição perante o

trabalho é o grupo dos indivíduos que se encontram a exercer profissão a potenciar de forma mais expressiva os efeitos da intervenção em termos de valoração, independentemente de ser em termos absolutos ou relativos ou de ser na perspetiva da utilização ou da posse. Em relação à dimensão das habitações encontramos resultados mais difusos em termos evolutivos, com uma tendência de maior valoração da habitação em caso da propensão a pagar por via do arrendamento e por via da disposição a receber na compra entre o grupo dos fogos mais pequenos (iguais ou inferiores a T1), verificando-se o inverso no caso dos fogos maiores (iguais ou superiores a T2).

3.5.4 Teoria explicativa do programa

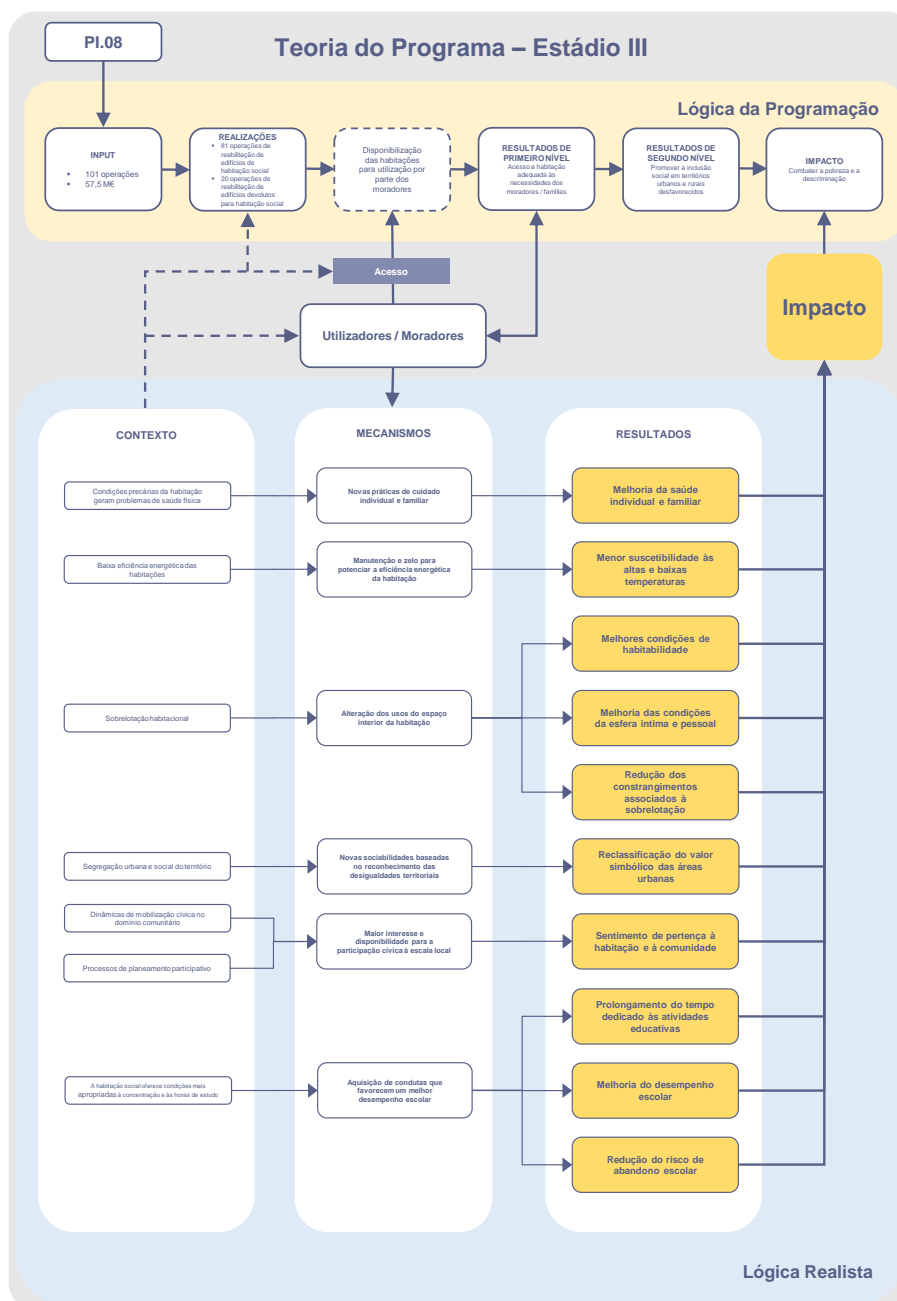
Para rematar a apresentação dos resultados apresentaremos primeiramente o mapeamento das relações causais identificadas por via do QCA e a configuração da teoria explicativa do programa daqui resultante (Estádio III) que sumariza as principais dimensões de impacto identificadas pelo estudo. Em segundo lugar, estabeleceremos as principais conclusões relativas à avaliação do impacto da intervenção em termos de resultados programados (lógica da programação) e de resultados não programados.

A Teoria explicativa do funcionamento do programa em termos de obtenção de impacto, construída e testada com base no método realista aplicado, indica-nos que o impacto da PI.08 acontece a vários níveis ou, mais especificamente, em dez dimensões de impacto distintas. Ainda que estando todas elas relacionadas com o acesso e usufruto de uma habitação com melhores condições do que no momento prévio à intervenção da PI.08, numa tentativa de sistematização julgamos ser útil aglutiná-las em três domínios principais.

O primeiro pode ser entendido como mais próximo do quotidiano “dentro de portas” e da esfera de utilização individual e familiar da própria habitação. Por exemplo, o impacto surge logo em relação à melhoria da eficiência energética das habitações ou mais detalhadamente no que concerne à **menor suscetibilidade às altas e baixas temperaturas**. Decorrente da PI.08, verifica-se aqui uma relação causal que favorece os moradores (beneficiários finais da intervenção), na medida em que a intervenção foi capaz de alterar as condições de ineficiência energética precedentes das habitações em condições mais eficientes, sem com isso gerar custos de ordem financeira significativos para os ocupantes. Este facto está relacionado também com um uso mais responsável dos equipamentos disponíveis, que, por sua vez, também contribuirá para a sua manutenção e durabilidade, dinâmica tributária de um ciclo virtuoso em direção ao pleno aproveitamento das mais-valias decorrentes do esforço desenvolvido em prol da eficiência energética. Por outro lado, identificamos igualmente um impacto ao nível da **melhoria da saúde individual e familiar** associado à adoção de novas práticas de cuidado individual e familiar que protegem os moradores das vulnerabilidades a que antes estavam expostos antes da intervenção. Isto é, à medida que as intervenções da PI.08 alteraram condições problemáticas de contexto (p.e. presença de humidade e bolores), a prevalência de doenças reumáticas e respiratórias foi reduzida e o ganhos em termos de saúde reconhecidos. Neste primeiro domínio e associados ao problema da sobrelotação dos alojamentos, foi possível identificar ainda impactos ao nível da **melhoria das condições de**

habitabilidade e das condições da esfera íntima e pessoal, bem como da redução dos constrangimentos associados à sobrelotação. Neste caso, a PI.08 ao promover não só melhores condições de habitabilidade, mas também ao favorecer uma alteração dos usos do espaço interior dos fogos, contribuiu para gerar efeitos positivos na esfera íntima e pessoal que por sua vez têm consequências virtuosas no próprio processo de equilíbrio e ajustamento no seio familiar.

Figura 18. Modelo lógico da teoria explicativa do impacto do programa (Estádio III)



Fonte: elaboração própria.

O segundo domínio pode ser visto como mais próximo da esfera “fora de portas”, entrando já em terrenos da vivência do indivíduo em sociedade. Neste caso o impacto surge em termos de um processo de **reclassificação do valor simbólico das áreas urbanas** levado a cabo pelos próprios moradores, isto é, a implementação da PI.08 promoveu nos indivíduos a adoção, não necessariamente racional, de comportamentos que intensificam as relações sociais e a aproximação de grupos vulneráveis entre si, fortalecimento esse que pode contribuir para a reconfiguração dos conflitos inerentes ao reconhecimento das desigualdades existentes em territórios marcados pela segregação social e urbana e às expectativas no que toca às respostas sociais existentes. Intimamente ligado a esta dinâmica regista-se também um impacto ao nível do **sentimento de pertença à habitação e à comunidade**. A partir de um aumento dos níveis de interesse dos indivíduos na esfera da política e da disponibilidade para participar mais ativamente em processos decisórios que possam afetar a vida comunitária, a implementação da PI.08 contribuiu para a dinâmica de mobilização cívica e participação em processos de planeamento participativos, cujo principal resultado é, com efeito, o aumento do sentimento de pertença dos beneficiários ao bairro e à comunidade em que se encontram inserido.

O terceiro domínio diz respeito especificamente à questão da educação e apesar de estar intrinsecamente ligado aos anteriores, julgamos que deve ser alvo de um realce particular, essencialmente por dois motivos. Em primeiro lugar, pela importância que a educação e a qualificação comprovadamente têm na rotura dos ciclos longos de transmissão intergeracional de pobreza em Portugal e, consequentemente, no importante papel que os instrumentos de política de habitação devem também ter neste âmbito. Em segundo, por se tratar de um tipo de impacto ao qual a literatura científica não forneceu grande atenção, podendo ser mesmo um fenómeno sem grande relevância noutros contextos, mas que surge em Portugal com particular acutilância, pelo menos à luz da experiência dos peritos consultados e dos resultados obtidos no projeto. Neste domínio, a materialização da PI.08 evidenciou que quando existe uma adequabilidade do espaço da habitação à dimensão do agregado familiar, os indivíduos adquirem condutas que favorecem um melhor desempenho escolar e fazem usos mais apropriados dos espaços disponíveis, decorrendo daqui impactos evidentes ao nível do **prolongamento do tempo dedicado às atividades educativas**, da **melhoria do desempenho escolar** e da **diminuição do risco de abandono escolar**.

No exercício de estabelecer conclusões relativas à avaliação do impacto da PI.08 em termos de resultados programados (lógica da programação) e resultados não programados, deparamo-nos *a priori* com a dificuldade em identificar e circunscrever quais são os “resultados programados” para além do nível específico das realizações. Esta dificuldade decorre essencialmente: i) da natureza bastante lata (ausência de fronteiras claras) dos próprios objetivos que enquadram este instrumento de política (recordamos: objetivo global - promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação; objetivo específico - promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física económica e social); ii) da incapacidade de identificar metas ou de indicadores que materializem os objetivos, pois os que existem revelam inadequação e inconsistência (ver Anexo I); iii) e da ausência de informação mais específica sobre as

operações oriunda do Sistema de Informação do PT2020. Consequentemente consideramos que uma análise comparativa consistente entre o programado e o não programado se revela inexequível.

Mesmo assim e sabendo que a análise efetuada nos confere um diagnóstico sobre o impacto da PI.08, quando comparamos os resultados obtidos com o Objetivo Global (promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação) podemos concluir que as dimensões de impacto medidas são claramente tributárias deste objetivo e todas elas, com graus de intensidade e ritmos distintos, revelam contributos importantes para processos mais macro de combate à pobreza, redução da discriminação e promoção da integração social. Não foram identificados, portanto, impactos que possam indiciar de forma evidente relações de conflito ou cadeias causais hipotéticas com efeitos de anulação em relação a este objetivo global.

4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES À LUZ DAS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

4.1 Resposta às questões de avaliação

Q1. Em que medida são os objetivos da Prioridade de Investimento 08 pertinentes em relação às necessidades e prioridades identificadas para o alojamento urgente e temporário em Portugal?

As principais necessidades identificadas em relação ao alojamento urgente e temporário estão identificadas no PRR e traduzem-se desde logo na existência em Portugal de cerca de 26.000 famílias que (à data) viviam em condições claramente insatisfatórias, nomeadamente, em alojamentos degradados e outras construções precárias e em alojamentos que não tinham as condições mínimas de habitabilidade. A este número, por si só já significativo, acresciam outras formas de precariedade e necessidades de públicos particularmente vulneráveis (pessoas refugiadas, requerentes de asilo, imigrantes e agregados familiares itinerantes), abrangendo 141 mil pessoas e 150 famílias⁸. Daqui decorrem duas grandes prioridades ao nível da habitação, também elas identificadas no PRR⁹: i) as necessidades urgentes e temporárias de habitação que, sem prejuízo de posteriores processos de autonomização, atingem diversos públicos vulneráveis, incluindo pessoas em situação de sem-abrigo, refugiados, imigrantes a viver em habitações sobrelotadas, agregados familiares nómadas, requerentes de asilo, vítimas de violência doméstica, vítimas de tráfico de seres humanos, pessoas em processo de desinstitucionalização e famílias afetadas por eventos inesperados ou imprevisíveis (catástrofes naturais, incêndios ou pandemias); ii) as necessidades temporárias de fixação de funcionários, agentes e demais servidores do Estado e dos institutos públicos, nomeadamente das forças de segurança nas situações em que o mercado se revela inacessível, comprometendo a adequada alocação de recursos humanos indispensáveis ao funcionamento de certos serviços públicos fundamentais. Da informação analisada neste estudo é possível extrair que grande parte das operações executadas na PI.08 corresponderam à reabilitação de habitação social permanente já existente ou a processos de

⁸ Estratégia Portugal 2030. Ministério do Planeamento, pp. 20-21.

⁹ PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro. Ministério do Planeamento. 22.abr.2021. p. 89.

realojamento de indivíduos ou famílias que residiam em situações muito precárias, configurando situações de habitação permanente e não de alojamento urgente e temporário. Neste caso e apesar da PI.08 atuar genericamente sobre as necessidades identificadas anteriormente, as tipologias financiadas pela PI.08 dirigirem-se essencialmente a situações de habitação social permanente e, como tal, colocam a ação em prioridades que não cobrem na totalidade as que são referidas anteriormente, desde logo no que concerne à fixação de funcionários, agentes e demais servidores do Estado.

Q3. Em que medida as realizações físicas e as operações apoiadas contribuem para o cumprimento dos objetivos definidos para a Prioridade de Investimento 08?

A resposta a esta questão de avaliação é feita tendo por base o foco central desta avaliação (o impacto) e atende aos objetivos global e específico da PI.08. Como vimos, da implementação da PI.08 decorrem dez dimensões de impacto todas elas convergentes e tributárias dos desígnios de combate à pobreza, redução da discriminação e promoção da integração social, não tendo sido identificados casos relevantes de impactos ou cadeias causais com um potencial efeito de anulação em relação aos objetivos da política. O contributo das operações e respetivas realizações físicas não se esgota na melhoria da habitação já existente ou no acesso a uma habitação condigna, gerando igualmente e *per se* processos de mudança, desde logo, junto dos próprios utilizadores destas habitações, que conduzem aos impactos medidos nos três grandes domínios (esfera individual e familiar, vida em sociedade e educação) e são estes processos de mudança que na realidade consubstanciam a concretização dos objetivos global e específico.

Q5. Das tipologias de intervenção previstas quais as que se revelaram mais eficazes e mais eficientes na concretização dos objetivos da Prioridade de Investimento 08?

As limitações inerentes à informação não permitem efetuar uma leitura diferenciada entre tipologias no que concerne ao impacto. Porém, deixamos aqui uma breve ideia relativa à eficiência tendo por referência a valoração económica. Apesar do ser no acesso a uma “habitação nova” por via da reabilitação de edifícios devolutos para habitação social que se regista uma valoração superior do imóvel por comparação à tipologia de reabilitação das já existentes, é nestas últimas que os ganhos relativos da intervenção mais se fazem sentir na perspetiva comparativa do “antes” e do “depois” da intervenção, podendo indiciar uma melhor performance na relação entre custos e resultados (eficiência).

Q12. Como valoram os diferentes beneficiários finais as intervenções do Prioridade de Investimento 08 em termos económicos?

Em termos gerais foi possível verificar que os moradores (beneficiários finais) valoram as intervenções da PI.08 de forma diferenciada em função das suas características. O caso mais óbvio diz respeito às diferenças de género: apesar de serem os do género masculino que evidenciam melhor os efeitos do antes e do depois da intervenção em termos de valoração, são os do género feminino que lhe atribuem

um valor superior (em termos médios a valoração do género feminino supera na maioria dos casos em mais de 60% a do grupo masculino). Também em relação à condição perante o trabalho vamos encontrar diferenças, sendo o grupo dos indivíduos que se encontram a exercer profissão a potenciar de forma mais expressiva os efeitos da intervenção em termos de valoração. Estes dados indiciam que diferentes indivíduos vivenciam e interpretam a materialização da política de forma distinta e alertam para a necessidade de incorporar esta dinâmica nos processos de formulação e implementação da mesma, bem como no apuramento dos seus resultados

Q9. Qual é a relação entre o investimento efetuado através da Prioridade de Investimento 08 e os resultados alcançados em termos de valoração económica?

Em qualquer uma das dimensões analisadas o investimento efetuado através da PI.08 traduziu-se sempre em ganhos evidentes em termos de valoração económica, quer na perspetiva da utilização da habitação (aluguer / arrendamento), quer na perspetiva da posse da mesma (compra / venda). Neste caso, a intervenção representou uma variação de 33% entre a valoração média atribuída antes e depois da intervenção no cenário de arrendamento a terceiros, de 6% no cenário de aluguer da mesma a despesas próprias, de 27% no cenário de venda da habitação utilizada a terceiros e de 5% no caso do cenário de compra da mesma a despesas próprias. Consequentemente e à luz dos dados obtidos, a intervenção da PI.08 correspondeu a uma valoração dos imóveis por parte dos moradores e à construção de um juízo por parte destes de que a habitação utilizada / ocupada incrementou o seu valor, não só em termos de preços de mercado, mas também em relação ao benefício auferido em termos de melhoria habitacional.

Q11. Em que medida os resultados obtidos no domínio da inclusão social, proteção, autonomização e proteção social podem ser atribuídos à intervenção específica da Prioridade de Investimento 08?

Esta questão tem o seu foco no contributo da PI.08 para os objetivos definidos para a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário – “criar uma resposta estruturada e transversal para a disponibilização de soluções de alojamento de emergência ou de transição destinadas a pessoas que se encontram em situação de risco e emergência, tendo em vista a sua inclusão social, proteção e autonomização, o combate às desigualdades e a garantia de uma adequada proteção social”¹⁰. Os objetivos global e específico da PI.08 (explanados antes) não são integralmente os mesmos, mas são convergentes e estão contidos nos da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, de modo que as conclusões relativas às dimensões de impacto identificadas e medidas neste exercício de avaliação (vd. Q3) são igualmente válidas e a partir das quais se conclui que a implementação da PI.08 e a materialização das suas realizações, por via dos impactos medidos, terão um contributo direto para a concretização dos objetivos da BNA.

¹⁰ Art.º 2.º, Decreto-Lei n.º 26/2021 de 31 de março.

5. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA AVALIAÇÕES FUTURAS

Uma vez apresentados já os resultados principais do projeto dedicamos o último capítulo a uma reflexão mais geral sobre a Avaliação Realista como método de avaliação de impacto de políticas públicas de habitação social e à enumeração de algumas orientações e recomendações relativas a uma futura aplicação desta abordagem na avaliação da “Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário” do PRR.

5.1 A Avaliação Realista como método de avaliação de impacto das políticas de habitação social

Os resultados alcançados permitem-nos afirmar que o método da Avaliação Realista ao ter como foco principal a forma como os comportamentos sociais e individuais funcionam (ou podem funcionar), surge no caso da avaliação das políticas de habitação social como um modelo que, embora não integralmente substituto, é claramente complementar a outras abordagens de avaliação de impacto mais comuns e focadas na compreensão de quando os programas funcionam ou não funcionam a partir da análise de sistemas fechados. Neste caso, a experiência avaliativa desenvolvida permite efetivamente um entendimento mais completo do “porquê” associado ao processo que induz a mudança em direção ao impacto.

Neste campo e à luz dos resultados e lições de experiência retiradas deste projeto, será importante refletir sobre algumas das **vantagens** deste método que surgem referenciadas na bibliografia científica.

Em primeiro lugar e como já salientado anteriormente, o método concede primazia à natureza relacional das estruturas e mecanismos sociais, psicológicos e programáticos (De Souza, 2022), contribuindo para o refinamento da teoria do programa (que na sua génese não é explícita nem pormenorizada nos documentos programáticos que a conformam a PI.08) através do teste de teorias subjacentes ao funcionamento destes mesmos sistemas sociais (HM Treasury, 2020a). Apesar das limitações inerentes à amostra que condicionaram o alcance dos resultados, torna-se patente que um alargamento ajustado desta permitiria configurar e validar uma teoria do programa ainda mais completa e robusta.

Em segundo lugar, também consideramos que o método permite que os decisores políticos desenvolvam uma compreensão mais ampla das estruturas necessárias para conceber e desenvolver políticas de habitação social (De Souza, 2022), desde logo, porque o método aqui utilizado permite transpor para suportes comunicacionais mais acessíveis os processos dinâmicos, complexos e multi-dimensionais inerentes a este tipo de política, sem perdas de informação assinaláveis ou desvios em relação à realidade observada – em síntese, facilita a transmissão e explicação “do que funciona, para quem, em que aspetos, em que medida, em que contextos e como?” (HM Treasury, 2020) junto das estruturas técnicas e políticas.

Em terceiro lugar, o método estabelece uma base de evidência mais ampla e fornece um quadro para a experimentação de hipóteses que possam ser relevantes para uma determinada intervenção (HM Treasury, 2020a), para além das que possam surgir como mais evidentes. Isto é importante, entre outros, como forma de estímulo a uma estratégia mais pró-ativa por parte dos agentes públicos, pois os resultados deste método podem (e devem) servir de base para o desenho de intervenções de acompanhamento complementares ao próprio processo disponibilização de habitação social, seja a montante (com medidas de preparação do acesso à mesma), seja a jusante (com medidas que possam potenciar o pleno aproveitamento da utilização da habitação) e desta forma reforçar fatores de mobilização do impacto ambicionado.

Em quarto lugar, possibilita aos responsáveis pela conceção e desenho dos programas verificar como uma determinada intervenção pode assimilar e adaptar-se às estruturas e mecanismos sociais já estabelecidos num contexto específico (De Souza, 2022). E no caso da PI.08, as dimensões dos “contextos” podem ser muito variadas e abranger, por exemplo, particularidades dos territórios, características socioeconómicas dos utilizadores, perfil das operações, etc. Na verdade, pensamos que o verdadeiro potencial deste método só será alcançado com abordagens longitudinais que ao longo do tempo e numa lógica de monitorização vai acompanhando (via método realista) a variação do impacto ao longo do tempo, afinando e aperfeiçoando a teoria do programa e estabelecendo contributos para as medidas de acompanhamento referidas no ponto anterior.

Será ainda importante refletir sobre algumas das **desvantagens** deste método, também elas referenciadas na bibliografia científica.

O acervo de conhecimentos produzido pelos estudos da Avaliação Realista ainda é algo limitado em alcance e na sólida compreensão da natureza relacional das estruturas e mecanismos sociais / programáticos e esta falta de conhecimento pode estar a dificultar o desenvolvimento de contributos mais amplos sobre os próprios sistemas, sobre como as estruturas sociais desempenham um papel no apoio aos programas e sobre a conceção e planeamento de programas que permitam assimilar melhor os contextos pretendidos (De Souza, 2022). Na verdade, na materialização da PI.08, o “bem” disponibilizado pela política é absolutamente estrutural e basilar na vida dos indivíduos e esta realidade dificilmente poderá ser sistematizada em todas as suas implicações e interligações, nomeadamente no que concerne ao papel que outras (inúmeras) medidas de política poderão ter sobre a mesma “população-alvo” e esta componente de “coerência externa” do papel exercido por outros instrumentos de intervenção não foi incorporado no estudo.

O presente projeto revelou claramente que a Avaliação Realista é demorada e intensiva no consumo de recursos, tanto para as entidades, como para os avaliadores, e exige destes últimos conhecimentos muito especializados (Adams et al, 2016). Neste ponto, chamamos especialmente à atenção para a especificidade que é exigida no desenho e implementação dos instrumentos de recolha de informação (que têm que ser estruturados com base nos CMR's) e para a complexidade no tratamento da informação e no manuseamento dos *softwares* próprios (em particular no caso do QCA).

Da mesma forma, pode igualmente ser muitas vezes difícil de comunicar e interpretar (o que se deve em boa medida à sua elevada complexidade), desde logo pela utilização de “jargão” académico que torna as conclusões dos estudos inacessíveis e, portanto, pouco uteis para os utilizadores (Adams et al, 2016). No entanto, reconhecemos que a equipa do projeto fez um grande esforço nesta matéria e os resultados obtidos nos processos de divulgação do projeto permitiram testar abordagens comunicativas que, de um modo geral, se mostraram eficazes, embora estejamos sempre a falar de destinatários da esfera técnica e/ou académica.

Outra das limitações da Avaliação Realista é o facto desta muitas vezes não permitir a identificação de efeitos líquidos e/ou médios das intervenções (HM Treasury, 2020a) o que lhe pode retirar alguma utilidade imediata em termos de respostas às necessidades dos decisores e respetivas organizações. No caso deste projeto, tentámos colmatar esta lacuna, pelo menos parcialmente, através do MVC e do alargamento da análise para além do estudo das relações causais inerentes à política com a incorporação de uma valoração económica efetiva em função de múltiplos parâmetros.

A abordagem CMR ainda está em processo de consolidação e estabilização enquanto método científico e podem surgir dificuldades, por exemplo, na conceção e identificação dos mecanismos, com muitos estudos a confundirem intervenções programáticas com os mecanismos causais “subjacentes” (Dalkin et al., 2015; Lacouture et al., 2015; Porter, 2015a), ou em matéria de separação dos contextos dos mecanismos e de identificação dos elementos de contexto (Barnes et al., 2003; Dickinson, 2006; Marchal et al., 2012). Este ponto exige que no início do projeto os avaliadores estabilizem muito bem os conceitos inerentes ao CMR e à forma como estes serão incorporados nos métodos de recolha e tratamento da informação, caso contrário os enviesamentos e as incongruências no cruzamento e triangulação dos dados serão inevitáveis.

Mesmo reconhecendo as limitações do alcance do exercício já anteriormente expostas e a enorme complexidade inerente ao método, o conjunto de resultados óbitos e as lições de experiência ajudam-nos a compreender algumas das razões que levam a que a Avaliação Realista: i) represente uma abordagem cada vez mais popular para explorar os sucessos e fracassos de intervenções complexas (De Weger et al, 2020); ii) tenha crescido em termos de produção científica de forma exponencial nos últimos anos (Nielsen, 2022); iii) incorpore cada vez mais domínios que vão muito para além da avaliação de políticas públicas; iv) desponte na esfera institucional como uma abordagem de referência para a avaliação de políticas públicas, em particular quando está em causa a avaliação do impacto (HM Treasury, 2020).

Por fim e no âmbito geral, somos da opinião que, salvaguardada a complexidade inerente ao método e garantida a adequação da amostra, a aplicação da Avaliação Realista às políticas de habitação social permitirá uma resposta robusta aos principais propósitos do próprio método: por um lado, compreender, testar e aperfeiçoar a teoria por trás da política pública; por outro, determinar os impactos da política num conjunto diversificado de circunstâncias e contextos e a sua respetiva valoração económica.

5.2 Recomendações para futuros exercícios de avaliação

A proposta de abordagem metodológica para a avaliação “Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário” do PRR deverá seguir *grossa modo* o constructo utilizado no presente projeto, tendo sido este já exposto de forma detalhada neste documento e nos anexos que o compõem. Por fim e como complemento, apresentam-se para cada um dos métodos utilizados algumas observações, recomendações e/ou propostas de métodos alternativos que na perspetiva da equipa de avaliação deveriam ser consideradas em futuros exercícios de avaliação desta política que venham a incorporar uma abordagem realista.

Método: Análise documental		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
A análise documental destina-se essencialmente ao levantamento e tratamento de documentação relativa ao instrumento de política em avaliação, designadamente os documentos que estejam na sua génese, documentos de programação, operacionalização, implementação e avaliação, legislação e regulamentação aplicável, estudos científicos e técnicos de referência, bem como de documentação similar de outros programas que tenham antecedido o programa objeto da avaliação.	O foco deste exercício deve estar na identificação dos mecanismos, instrumentos, processos e meios previstos para a implementação do instrumento de política, bem como na informação necessária para uma visão enquadradora das operações em avaliação que possa ser útil para o desenho da teoria do programa e identificação / compreensão das relações causais que a sustentam.	--

Método: Análise do Sistema de Informação		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
A análise do Sistema de Informação do instrumento de política é importante para conhecer com maior detalhe dos dados relativos às operações apoiadas e respetivas candidaturas, perceber o ponto de situação do programa em termos de realizações físicas, financeiras e de resultados (medidos em termos de indicadores de resultado presentes no sistema de informação) e para uma melhor definição das amostras dos métodos subsequentes.	No período que antecede o exercício de avaliação e antes do início do mesmo recomendamos que os dados disponíveis em Sistema de Informação sejam compilados, de modo a que a equipa de avaliação tenha acesso aos mesmos logo no início do processo.	--

Método: Análise sistémica da bibliografia		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
O método de Análise Sistémica da Bibliografia foi acionado como uma das etapas da Abordagem Científica da Política e procurou identificar o estado	A principal recomendação incide na redução das etapas originalmente previstas por Sanz (2020). Ao invés de oito fases, recomendam-se as seguintes seis: Fase I – A partir do quadro teórico da avaliação	Em alternativa ao método implementado, pode-se recorrer também a uma análise bibliométrica da literatura especializada em

<p>da arte relativa à discussão científica sobre a avaliação de políticas públicas de alojamento urgente e temporário, os sucessos, fracassos e boas práticas nesta matéria. A partir da proposta de Sanz (2020), a abordagem original previa seguir oito fases distintas. Fase 1 – Definição das perguntas para a revisão da literatura; Fase 2 – Escolha do protocolo de ação; Fase 3 – Procura de referências; Fase 4 – Aplicação de critérios de inclusão a estudos identificados; Fase 5 – Avaliação da qualidade dos estudos identificados; Fase 6 – Extração de referências para construção de banco de dados; Fase 7 – Sistematização de evidências; Fase 8 – Escrita e transferência de informações especializadas com base na revisão da literatura objeto da análise. A operacionalização do método conduziu a alterações ao protocolo de Sanz (2020), desde logo no esforço de ajustamento ao prisma realista orientador do projeto. As adaptações efetuadas são apresentadas ao lado em forma de recomendações.</p>	<p>realista, devem ser definidas perguntas que permitam não apenas identificar o estado da arte, mas também uma sistematização da literatura tendo em vista a identificação de dimensões e de indicadores para a definição de pacotes causais para a avaliação de impacto da política; Fase 2 – O protocolo de ação e a procura por referências devem ser integradas numa só etapa e devem ser articuladas em sistemas de combinação de palavras-chave cuja operacionalização deve recorrer às ferramentas tecnológicas disponíveis para uma maior cobertura da ampla bibliografia hoje existente. Recomenda-se, por exemplo, o uso do <i>software Publish or Perish</i> (ou similares); Fase 3 – A avaliação da qualidade dos artigos é etapa fundamental e deve ser assegurada com atenção tanto à qualidade das revistas nas quais os artigos foram publicados (indexadas em bases internacionais confiáveis e com integridade assegurada), como à análise transversal de conteúdo dos textos (com especial atenção ao seu rigor teórico-metodológico); Fase 4 – Construção de uma base de referências para análise global do volume a ser analisado a partir de variáveis como ano de publicação, número de citações, fator de impacto, etc.; Fase 5 – Sistematização de evidências com foco na construção lógica de relações causais para a avaliação de impacto das políticas públicas; Fase 6 – Escrita e transferências de resultados.</p>	<p>avaliação de impacto das políticas públicas de habitação social. Embora este método não tenha sido aplicado no desenvolvimento desta investigação, no decurso da operacionalização da análise sistémica da literatura o potencial da análise bibliométrica foi registado, sobretudo se se pretender organizar o volume de textos à escala global ou continental em termos de temas, quadros teóricos, abordagens metodológicas e métodos. Isto poderá permitir identificar <i>clusters</i> dos tipos de avaliação de impacto desenvolvidas ao longo do tempo e testar em que medida cada <i>cluster</i> contribuiu para o aprimoramento da teoria do ponto de vista da definição as dimensões de contexto, mecanismo e resultados (CMR) necessárias para a avaliação realista de impacto das políticas públicas de habitação.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Método: Entrevistas a decisores		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
As entrevistas aos representantes das CCDR possuem um potencial muito interessante para a compreensão da implementação e funcionamento da política, mas não tanto em relação aos contributos diretos para a construção dos CMR. Em alternativa ou complementaridade poderia ser ponderada a possibilidade de ter entrevistas com outros decisores a nível nacional que participaram na formulação da política.	O envolvimento e apoio direto dos promotores das operações, desde logo, as câmaras municipais, é fundamental para o processo avaliativo, designadamente no momento de facilitar o contacto e marcação das entrevistas junto do público-alvo e participação dos quadros técnicos mais próximos do acompanhamento dos projetos. A mobilização destes atores é essencial e deverá ser prévia ao arranque da avaliação.	Análise de discurso de entrevistas, jornais, etc.

--	--	--

Método: Painei de peritos		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
Os técnicos sociais são os grandes conhecedores da política e por isso poderiam fazer parte das entrevistas referidas anteriormente, ficando o painel de peritos apenas focado no processo de construção e discussão dos CMR. Também seria interessante ponderar a possibilidade de realização de grupos focais com os usuários das habitações, antes de elaborar os questionários.	Desenvolver um espaço de discussão e troca de conhecimento entre os técnicos sociais que estão no campo. Uma alternativa seria criar eventos bimestrais em que as informações trocadas passam a integrar para o projeto e que funcionariam também como processo de intercâmbio e aprendizagem este os próprios técnicos.	Grupos focais constantes, através de <i>workshops</i> . Em complementaridade a estes grupos focais mais dinâmicos, poderia ser aplicado o Método Delphi (com incremento de complexidade e alargamento de prazos).

Método: Análise Comparativa Qualitativa		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
Apesar de existirem dificuldades resultantes do trabalho de campo e da própria operacionalização do <i>software</i> , tal não significa que o próprio <i>design</i> do questionário não pudesse ser beneficiado com recurso às melhorias decorrentes da experiência obtida com a implementação do método. Neste sentido, a análise de alguns CMR poderia ter sido aperfeiçoada com a redação de mais e melhores questões, tanto relativamente a condições como a resultados.	Elaboração de um questionário mais compacto e com uma redação mais simples. Formação dos inquiridores, caso não seja viável a participação dos investigadores no processo de inquirição. Desejabilidade do aumento significativo da amostra. Para cobrir as diferentes modalidades de intervenção (reabilitação / construção nova) e eventuais falhas de informação recomenda-se a execução de, pelo menos, 500 questionários completos e validados. Caso seja necessário cobrir outras variáveis como a dispersão regional ou diversidade social da população abrangida será conveniente, pelo menos, duplicar este efetivo.	Um método alternativo viável com o mesmo tipo de variáveis seria a regressão categorial (ordinal) (Frank, E., 2015; Marôco, J., 2021)., no entanto trata-se de uma opção que não foi ainda testada.

Método: Método de Valoração Contingente		
Observações	Recomendações	Métodos alternativos
É um método muito interessante para a avaliação deste tipo de políticas, mas necessita de um grande número de observações recolhidas para ter efeito e poder gerar análises multivariadas mais profundas.	Procurar o apoio para aplicação dos questionários desde o início do projeto, de forma a ter ao final um grande número de observações. Com um grande número de observações, as regressões múltiplas poderiam ser utilizadas para explicar quais fatores mais importam no momento de valorar uma habitação. Julgamos que também seria interessante	--

	aprofundar o “Willingness to Pay” especificamente para a área de habitação social.	
--	------------------------------------------------------------------------------------	--

7. BIBLIOGRAFIA

- Agarez, Abramowitz, A. (2018). *The great alignment: race, party transformation, and the rise of Donald Trump*, New Haven. Yale University Press.
- Adams, A., Sedalia, S., McNab, S., & Sarker, M. (2016). Lessons learned in using realist evaluation to assess maternal and newborn health programming in rural Bangladesh. *Health Policy and Planning*, 31(2), 267-275.
- Agarez, R. (2020). *A habitação apoiada em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Agarez, R. (coord.) (2018). *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. ISBN 978-972-27-2711-2
- Agência para o Desenvolvimento & Coesão (2016). *Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020*. Dezembro 2016. Portugal 2020.
- Agência para o Desenvolvimento & Coesão (2018). *Plano global de avaliação 2014-2020*. Dezembro 2018. Portugal 2020
- Ahmed, S. & Gotoh, K. (2006). *Cost-benefit analysis of environmental goods by applying the contingent valuation method: some Japanese case studies*. Springer.
- Alberini, A. & Kahn, J. (eds) (2006). *Handbook on contingent valuation*. Edward Elgar Publishing.
- Alegre, M., Farré, M., Sabes-Figuera, R. & Todeschini, F. (2017). *Guia pràctica d'avaluació de programes del tercer sector social*. Ivàlua.
- Alonso, F. (2002). The benefits of building barrier-free: a contingent valuation of accessibility as an attribute of housing, *European Journal of Housing Policy*, 2(1), 25-44, DOI: 10.1080/14616710110120577
- Altschuld, J. & Engle, M. (eds.) (2015). *Accreditation, certification, and credentialing: relevant concerns for U.S. evaluators*. Wiley Periodicals.
- Álvarez-Pérez, P. et al. (2021). What are social workers currently doing to positively impact how people access public housing services in Spain? *SAGE Open*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/21582440211003086>
- Amisi, M. M., Marais, L., & Cloete, J. S. (2018). The appropriateness of a realist review for evaluating the South African Housing Subsidy Programme. *South African Journal of Science*, 114(11-12), 1-9.
- Anderson, A. (2004). *The community builder's approach to theory of change: a practical guide to theory development*. The Aspen Institute.
- Andrews, D. (2010). Real House Prices in OECD Countries: The Role of Demand Shocks and Structural and Policy Factors (Working Paper No. 831). *OECD Economics Department Working Papers*.
- Arrow, K., Solow, R., Portney, P., Leamer, E., Radner, R. & Schuman, H. (1993). Report of the NOAA on contingent valuation, *Federal Register*, 58(10), 4601-4614.
- Astbury, B., & Leeuw, F. L. (2010). Unpacking black boxes: mechanisms and theory building in evaluation. *American Journal of Evaluation*, 31(3), 363-381.
- Avanzini, M. et al. (2022). Energy retrofit as an answer to public health costs of fuel poverty in Lisbon social housing. *Energy Policy*. vol. 160. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2021.112658>

- Báez, A. & Herrero, L. (2012). Using contingent valuation and cost-benefit analysis to design a policy for restoring cultural heritage. *Journal of Cultural Heritage*, 13(39), 235–245.
- Baiz, A. et. al. (2019). *Vingt ans d'évaluations d'impact en France et à l'étranger: Analyse comparée des pratiques dans six pays*. Document de travail n.º 16. France Stratégie.
- Bakken, L. (2018). *Evaluation practice for collaborative growth: a guide to program evaluation with stakeholders and communities*. Oxford University Press.
- Balthasar, A. (2006). The effects of institutional design on the utilization of evaluation: evidenced using qualitative comparative analysis (QCA). *Evaluation*, 12(3), 353–371. <https://doi.org/10.1177/1356389006069139>
- Bamberger, M. & Mabry, L. (2020). *RealWorld evaluation. Working under budget, time, data and political constraints*. (3rd. Ed.). Sage.
- Baptist, C. & Befani, B. (2015). *Qualitative comparative analysis: a rigorous qualitative method for assessing impact*. June 2015. Coffey How To.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barnes, M., Matka, E., & Sullivan, H. (2003). Evidence, understanding and complexity: evaluation in non-linear systems. *Evaluation*, 9(3), 265–284.
- Barrett, N. (2016). *Program evaluation: a step-by-step guide*. Sunnycrest Press.
- Basurto, X., & Speer, J. (2012). Structuring the calibration of qualitative data as sets for qualitative comparative analysis (QCA). *Field methods*, 24(2), 155–174. <https://doi.org/10.1177/1525822X11433998>
- Baumgartner, M., & Thiem, A. (2017). Model ambiguities in configurational comparative research. *Sociological Methods & Research*, 46(4), 954–987. <https://doi.org/10.1177/0049124115610351>
- Befani, B. (2013). Between complexity and generalization: Addressing evaluation challenges with QCA. *Evaluation*, 19(3), 269–283. <https://doi.org/10.1177/1474022213493839>
- Befani, B. (2016). *Pathways to change: Evaluating development interventions with qualitative comparative analysis (QCA)*. Report for the Expert Group for Aid Studies, Report 05/16. EBA.
- Befani, B. & Mayne, J. (2014). Process tracing and contribution analysis: A combined approach to generative causal inference for impact evaluation. *IDS Bulletin*, 45(6), 17–36. <https://doi.org/10.1111/1759-5436.12110>
- Befani, B., Ledermann, S., & Sager, F. (2007). Realistic evaluation and QCA: Conceptual parallels and an empirical application. *Evaluation*, 13(2), 171–192. <https://doi.org/10.1177/1356389007075222>
- Bertotti, M., Frostick, C., Hutt, P., Sohanpal, R. & Carnes, D. (2018). A realist evaluation of social prescribing: an exploration into the context and mechanisms underpinning a pathway linking primary care with the voluntary sector. *Primary health care research & development*, 19(3), 232–245.
- Bickman, L. (1987). The functions of program theory. *New directions for program evaluation*, 1987(33), 5–18.
- Bingöl, Ö. (2019) Production of Urban Space in Social Housing Settlements: İstanbul Kayabaşı 24th District Social Housing Settlement. *Megaron*. 14(Özel Sayı): 83-99
- Blackman, T., Wistow, J., & Byrne, D. (2013). Using Qualitative Comparative Analysis to understand complex policy problems. *Evaluation*, 19(2), 126–140. <https://doi.org/10.1177/1356389013484203>

- Blumenschein, K., Johannesson, M., Yokoyama, K. & Freeman, P. (2001). Hypothetical versus real willingness to pay in the health care sector: results from a field experiment. *Journal of Health Economics*, 20, 441–57.
- Bolt, G., van Kempen, R., & Van Ham, M. (2008). Minority ethnic groups in the Dutch housing market: spatial segregation, relocation dynamics and housing policy. *Urban Studies*, 45(7), 1359–1384. <https://doi.org/10.1177/0042098008090678>
- Bono, P. (et. al.) (2018). *Vingt ans d'évaluations d'impact en France et à l'étranger*. Document de travail n.º 6. France Stratégie.
- Bourdieu, P. (2001). Espace sociale e genèse des “classes”. *Langage et pouvoir symbolique*. Éditions du Seuil, pp. 293-323.
- Bourdieu, P.; Passeron, J-C. (1982). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. (2th ed.). Francisco Alves.
- Boyle, K., Johnson, F., McCollum, D. (1996). Valuing public goods: discrete versus continuous contingent-valuation responses. *Land Economics*, 72(3), 381-396.
- Brand, S. L., Quinn, C., Pearson, M., Lennox, C., Owens, C., Kirkpatrick, T., Callaghan, L., Stirzaker, A., Michie, S., Maguire, M., Shaw, J., & Byng, R. (2019). Building programme theory to develop more adaptable and scalable complex interventions: Realist formative process evaluation prior to full trial. *Evaluation*, 25(2), 149–170. <https://doi.org/10.1177/1356389018802134>
- Braubach, M. (2011). Key challenges of housing and health from WHO perspective. *Int J Public Health* 56, 579–580. <https://doi.org/10.1007/s00038-011-0296-y>
- Brousselle, A., & Buregeya, J.-M. (2018). Theory-based evaluations: Framing the existence of a new theory in evaluation and the rise of the 5th generation. *Evaluation*, 24(2), 153–168. <https://doi.org/10.1177/1356389018765487>
- Büchel, F., Humprecht, E., Castro-Herrero, L., Engesser, S., & Brüggemann, M. (2016). Building empirical typologies with QCA: toward a classification of media systems. *The International Journal of Press/Politics*, 21(2), 209–232. <https://doi.org/10.1177/1940161215626567>
- Burch, P. & Heinrich, C. (2016). *Mixed Methods for policy research and program evaluation*. Thousand Oaks: Sage.
- Byng, R., Norman, I., & Redfern, S. (2005). Using realistic evaluation to evaluate a practice-level intervention to improve primary healthcare for patients with long-term mental illness. *Evaluation*, 11(1), 69-93.
- Byrne, D. (2016). *Qualitative Comparative Analysis: a pragmatic method for evaluating intervention*. Autumn 2016, N.º 1. Centre for the Evaluation of Complexity Across the Nexus.
- Callens, C., Verhoest, K. & Boon, J. (2021). Combined effects of procurement and collaboration on innovation in public-private-partnerships: a qualitative comparative analysis of 24 infrastructure projects, *Public Management Review*, DOI: 10.1080/14719037.2020.1867228
- Carlson, D., Ripberger, J., Jenkins-Smith, H., Silva, C., Gupta, K., Berrens, R., & Jones, B. (2016). Contingent valuation and the policymaking process: an application to used nuclear fuel in the United States. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, 7(3), 459-487. doi:10.1017/bca.2016.19
- Carson, R. & Hanemann, W. (2005). Contingent valuation. In K.-G. Mäler & J. Vincent (eds), *Handbook of environmental economics*, Volume 2, (pp.822-920). Elsevier.

- Carson, R. & Louviere, J. (2011). A common nomenclature for stated preference elicitation approaches. *Environmental and Resource Economics*, 49(4), 539–559.
- Carson, R. (2000). Contingent valuation: a user's guide. *Environmental Science & Technology*, 34(8), 1413–1418. DOI: 10.1021/es990728j
- Carson, R. (2011). *Contingent valuation: a comprehensive bibliography and history*. Edward Elgar.
- Carson, R. (2012). Contingent valuation: a practical alternative when prices aren't available. *Journal of Economic Perspectives*, 26(4): 27–42.
- Carson, R., Flores, N. & Meade, N. (2001). Contingent valuation: controversies and evidence. *Environmental and Resource Economics*, 19, 173–210. <https://doi.org/10.1023/A:1011128332243>
- Casillas, C., García, L. & Macía, M. (2020). *Guía de evaluabilidad de intervenciones públicas*. Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Casillas, C., García, L., Lago, E. & Macía, M. (2020). *Guía de evaluación de implementación de políticas públicas*. Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Casillas, C., Macía, M. & Rico, J. (2020). *Guía de evaluación de diseño de políticas públicas*. Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Chan, K., Nguyen, T. & Tran, T. (2018). *Developing cross-cultural measurement in social work research and evaluation*. (2nd. Ed.). Oxford University Press.
- Chen, H. (1990). *Theory-driven evaluations*. Sage.
- Chen, H. (2005). *Practical program evaluation. Assessing and improving planning, implementation and effectiveness*. Sage.
- Chen, H. (2015). *Practical program evaluation: theory-driven evaluation and the integrated evaluation perspective*. (2nd. Ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Chen, H. T., & Rossi, P. H. (1987). The theory-driven approach to validity. *Evaluation and program planning*, 10(1), 95–103.
- Chiappini, H. (2017). *Social impact funds: definition, assessment and performance*. Palgrave Macmillan.
- Chilton, S. (2007). Contingent valuation and social choices concerning public goods: an overview of theory, methods and issues. *Revue d'Économie Politique*, 5(5), 655–674. <https://doi.org/10.3917/redp.175.0655>
- Chouinard, J. & Cram, F. (2019). *Culturally responsive approaches to evaluation: empirical implications for theory and practice*. Sage.
- Chyung, S. (2018). *10-Step Evaluation for Training and Performance Improvement*. Sage.
- Clark, A. M., Whelan, H. K., Barbour, R. & MacIntyre, P. D. (2005). A realist study of the mechanisms of cardiac rehabilitation. *Journal of advanced nursing*, 52(4), 362–371.
- Coldwell, M. (2019). Reconsidering context: Six underlying features of context to improve learning from evaluation. *Evaluation*, 25(1), 99–117.
- Costa, I. & Subtil, M. (2013). *Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Cousins, J. (2019). *Collaborative approaches to evaluation: principles in use*. Sage.
- Cuccia, T. (2013). Contingent valuation. In R. Towse, (eds). *A handbook of cultural economics*. (pp. 90–99) Edward Elgar.

- Dalkin, S. M., Greenhalgh, J., Jones, D., Cunningham, B., & Lhussier, M. (2015). What's in a mechanism? Development of a key concept in realist evaluation. *Implementation science*, 10(1), 1-7.
- De Souza, D. (2022). A critical realist approach to systems thinking in evaluation. *Evaluation*, 28(1), 72–90. <https://doi.org/10.1177/13563890211064639>
- De Weger, E., Van Vooren, N. J. E., Wong, G., Dalkin, S., Marchal, B., Drewes, H. W. & Baan, C. A. (2020). What's in a Realist Configuration? Deciding Which Causal Configurations to Use, How, and Why. *International Journal of Qualitative Methods*. <https://doi.org/10.1177/1609406920938577>
- Debu, S. (2019). *L'évaluation des politiques publiques au Royaume-Uni*. Document de travail n.º 14. France Stratégie.
- Dekker, R., & Scholten, P. (2017). Framing the immigration policy agenda: a qualitative comparative analysis of media effects on dutch immigration policies. *The International Journal of Press/Politics*, 22(2), 202–222. <https://doi.org/10.1177/1940161216688323>
- Della Spina L. et al (2020). Social housing: an appraisal model of the economic benefits in urban regeneration programs. *Sustainability*. 2020; 12(2):609. <https://doi.org/10.3390/su12020609>
- Delmas, M. A., & Pekovic, S. (2018). Organizational configurations for sustainability and employee productivity: a qualitative comparative analysis approach. *Business & Society*, 57(1), 216–251. <https://doi.org/10.1177/0007650317703648>
- Desplat, R. & Ferracci, M. (2016). *Comment évaluer l'impact des politiques publiques? Un guide à l'usage des décideurs et praticiens*. France Stratégie.
- Desplat, R. & Lacouette-Fougère, C. (2019). *L'évaluation des politiques publiques en France*. Document de travail n.º 13. France Stratégie.
- Desplat, R. (2019). *L'évaluation des politiques publiques aux États-Unis*. Document de travail n.º 12. France Stratégie.
- Diamond, P. & Hausman, J. (1994). Contingent valuation: is some number better than no number? *Journal of Economic Perspectives*, 8(4), 45–64.
- Dickinson, H. (2006). The evaluation of health and social care partnerships: an analysis of approaches and synthesis for the future. *Health & social care in the community*, 14(5), 375–383.
- Donaldson, C, Jones, A, Mapp, T, & Olson, A. (1998). Limited dependent variables in willingness to pay studies: applications in health care. *Applied Economics*, 30, 667–677.
- Donaldson, S., Christie, C. & Mark, M. (2015). *Credible and actionable evidence: the foundation for rigorous and influential evaluations*. (2nd. Ed.) Thousand Oaks: Sage.
- Douthwaite, B., Mayne, J., McDougall, C., & Paz-Ybarnegaray, R. (2017). Evaluating complex interventions: A theory-driven realist-informed approach. *Evaluation*, 23(3), 294–311. <https://doi.org/10.1177/1356389017714382>
- Duffy, D. (2017). *Evaluation and governing in the 21st century: disciplinary measures, transformative possibilities*. London: Palgrave Macmillan UK.
- Durlak, J. & Dupre, E. (2008). Implementation matters: A review of research on the influence of implementation on program outcomes and the factors affecting implementation. *American journal of community psychology*, 41(3), 327–350.
- Elo, S. & Kyngas, S. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107–115. doi: 10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x

- Emmel, N., Greenhalgh, J., Manzano, A., Monaghan, M., & Dalkin, S. (Eds.). (2018). *Doing realist research*. Sage.
- Escandón, R. et al (2019). Field assessment of thermal comfort conditions and energy performance of social housing: The case of hot summers in the Mediterranean climate. *Energy Policy*. 128, p. 377-392. DOI: 10.1016/j.enpol.2019.01.009
- European Commission (2018). *Programming period 2014-2020: Monitoring and evaluation of European Cohesion Policy*. August 2018. European Commission.
- European Commission (2019). *Advanced counterfactual evaluation methods: Guidance document*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Commission (2020). *How to use administrative data for European Social Funds counterfactual impact evaluations. A step-by-step guide for managing authorities*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Commission (sd.). *Evalsed Sourcebook: Method and techniques*.
- Ferrão, J. & Paixão, J. (eds.) (2018). *Metodologias de avaliação de políticas públicas*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Lisboa.
- Ferrari, E. (2011). Conceptualising Social Housing within the Wider Housing Market: A Vacancy Chain Model. *Housing Studies*, 26:1, 95-116, DOI: 10.1080/02673037.2010.512786
- Fick, F., & Muhajarine, N. (2019). First steps: creating an initial program theory for a realist evaluation of healthy start-Départ Santé intervention in childcare centres. *International Journal of Social Research Methodology*, 22(6), 545-556.
- Fink, A. (2015). *Evaluation fundamentals: insights into program effectiveness, quality and value*. (3th. Ed.). Thousand Oaks: Sage.
- Fletcher-Hildebrand, S., Alimezelli, H., Carr, T., Lawson, K., Ali, A., & Groot, G. (2021). Understanding the impact of a residential housing programme for people living with HIV/AIDS: a realist evaluation protocol. *BMJ open*, 11(4), e044522. doi:10.1136/bmjopen-2020-044522
- Fonseca, R., Lima, A., Rezende, J., Santos, A. & Nazareth, L. (2013). A validade do método de contingência como valoração de bens e serviços ambientais. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 23 - 25 de Outubro de 2013.
- Fontaine, G. (2020). The contribution of policy design to realist evaluation. *Evaluation*, 26(3), 296–314. <https://doi.org/10.1177/1356389020902496>
- Fox, C., Grimm, R. & Caldeira, R. (2017). *An introduction to evaluation*. London: Sage.
- Frank, E. H. (2015). Regression modeling strategies with applications to linear models, logistic and ordinal regression, and survival analysis. (2nd Edition), Springer.
- Fröhlich, M. & Sperlich, S. (2019). *Impact evaluation, treatment effects and causal analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Funnell, S. & Rogers, P. (2011). *Purposeful program theory: effective use of theories of change and logic models*. Jossey-Bass.
- Garnham, L. et al (2022) Intervening in the cycle of poverty, poor housing and poor health: the role of housing providers in enhancing tenants' mental wellbeing. *J. Hous. and the Built. Environ.* n. 37, p. 1–21. <https://doi.org/10.1007/s10901-021-09852-x>

- Gaterell, M., Morse, G. & Lester, J. (1999). Investment in the aquatic environment II: comparison of two techniques for evaluating environmental benefits. *Journal of Environmental Management*, 56, 111-124.
- Geng, N. (2018). Fundamental Drivers of House Prices in Advanced Economies (Working Paper No. 18/164). *International Monetary Fund*.
- Gertler, P., Martinez, S., Premand, P., Rawlings, L. & Vermeersch, C. (2018). *Avaliação de Impacto na Prática*. (2th. Ed.) Washington: World Bank Publications.
- Gibb, K. and Nygaard, C. (2006) *Transfers, contracts and regulation: a new institutional economics perspective on the changing provision of social housing in Britain*. *Housing Studies*, 21 (6). pp. 825-850. DOI: [10.1080/02673030600917719](https://doi.org/10.1080/02673030600917719)
- Gilmore, B., McAuliffe, E., Power, J., & Vallières, F. (2019). Data analysis and synthesis within a realist evaluation: toward more transparent methodological approaches. *International Journal of Qualitative Methods*. <https://doi.org/10.1177/1609406919859754>
- Ginevicius, R. & Podvezko, V. (2008). Housing in the context of economic and social development of Lithuanian regions. *International Journal of Environment And Pollution*. 35(2), p. 309-330. DOI: 10.1504/IJEP.2008.021363
- Graham, E. (et al.) (2009). Mixing Housing Tenures: Is it Good for Social Well-being? *Urban Studies*, 46(1), p. 139-165. <https://doi.org/10.1177/0042098008098640>
- Greckhamer, T., Furnari, S., Fiss, P. C., & Aguilera, R. V. (2018). Studying configurations with qualitative comparative analysis: Best practices in strategy and organization research. *Strategic Organization*, 16(4), 482-495.
- Greenhalgh, J. & Manzano, A. (2021). Understanding ‘context’ in realist evaluation and synthesis. *International Journal of Social Research Methodology*, 1-13.
- Grinnell, R. & Unrau, Y. (2018). *Social work research and evaluation*. (7th. Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Grinnell, R. Gabor, P. & Unrau, Y. (2019). *Program evaluation for social workers: foundations of evidence-based programs*. (8th. Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Guarini M. & Battisti F. (2017). A Model to Assess the Feasibility of Public–Private Partnership for Social Housing. *Buildings*. 7(2):44. <https://doi.org/10.3390/buildings7020044>
- Guarini, M. & Battisti, F. (2014). Social Housing and Redevelopment of Building Complexes on Brownfield Sites: The Financial Sustainability of Residential Projects for Vulnerable Social Groups. *Advanced Materials Research*, 869–870, 3–13. <https://doi.org/10.4028/www.scientific.net/amr.869-870.3>
- Guerra, I., Freitas, M., Gros, M., Teixeira, A., Moura, D & Vieira, P. (1997). *Diagnóstico sobre a implementação do Programa PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*. Instituto Nacional de Habitação.
- Guo, X. F. (2012). Analysis of Social Value of Affordable Housing Project. In *Advanced Materials Research* vols. 524–527, p. 2712–2716. <https://doi.org/10.4028/www.scientific.net/amr.524-527.2712>
- Hanckel, B., Petticrew, M., Thomas, J., & Green, J. (2021). The use of Qualitative Comparative Analysis (QCA) to address causality in complex systems: a systematic review of research on public health interventions. *BMC public health*, 21(1), 1-22.

- Hardy, A., Preiser, W. & Schramm, U. (2017). *Building performance evaluation: from delivery process to life cycle phases*. (2nd. Ed.). Cham: Springer International Publishing.
- Hausman, J. (2012). Contingent valuation: from dubious to hopeless. *Journal of Economic Perspectives*, 26(4), 43–56.
- Hausman, J. (eds) (1993). *Contingent valuation: a critical assessment*. North-Holland.
- Henry, G. (2004). Realist evaluation. In S. Mathison (eds) (2004). *Encyclopedia of evaluation* (p. 359-362). Sage.
- HM Treasury (2018). *The green book central government guidance on appraisal and evaluation*. London: Crown Copyright.
- HM Treasury (2020). *Magenta book: guidance for evaluation*. London: Crown Copyright.
- HM Treasury (2020a). *Magenta book: Central Government guidance on evaluation*. HM Treasury.
- HM Treasury (2020b). *Magenta book 2020: Realist evaluation*. HM Treasury.
- Hsu, K-C. (2020). House prices in the peripheries of mass rapid transit stations using the contingent valuation method. *Sustainability*, 12(20), 8701. <https://doi.org/10.3390/su12208701>
- Identifying priority areas for rural housing development using the participatory multi-criteria and contingent valuation methods in Alange reservoir area, Central Extremadura (Spain)
- IHRU (2018). *Levantamento nacional das necessidades de alojamento habitacional*. Fevereiro de 2018, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- INE (2016). *Caracterização da Habitação Social em Portugal – 2015*. Instituto Nacional de Estatística.
- Invernizzi, D., Locatelli, G., Brookes, N. & Davis, A. (2020). Qualitative comparative analysis as a method for project studies: The case of energy infrastructure. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 133, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2020.110314>.
- Jeong, J., García-Moruno, L., Hernandez-Blanco, J., Sanchez-Ríosa, A. & Ramírez-Gome, A. (2017). Identifying priority areas for rural housing development using the participatory multi-criteria and contingent valuation methods in Alange reservoir area, Central Extremadura (Spain). *Journal of Rural Studies*, 50, 117-128.
- Johannesson, M. (1996). *Theory and methods of economic evaluation of health care*. Kluwer.
- Johnston, R. et al (2017). Contemporary guidance for stated preference studies. *JAERE*, 4(2), 319-405.
- Jones, A. (2006). *The Elgar companion to health economics*. Edward Elgar Pub.
- Jones, A., & Valero-Silva, N. (2021). Social impact measurement in social housing: a theory-based investigation into the context, mechanisms and outcomes of implementation. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 18(3), pp. 361-389. <https://doi.org/10.1108/QRAM-01-2019-0023>
- Josselin, J. & Maux, B. (2017). *Statistical tools for program evaluation methods and applications to economic policy, public health, and education*. Cham: Springer.
- Kahneman, D. & Knetsch J. (1992). Valuing public goods: the purchase of moral satisfaction. *Journal of Environmental Economics and Management*, 22, 57–70.
- Kenneth J. & Posavac, E. (2018). *Program evaluation: methods and case studies*. (9th. Ed.). London: Routledge.
- Kopp, R., Pommerehne, W. & Schwarz, N. (eds) (1997). *Determining the value of non-marketed goods: economic, psychological, and policy relevant aspects of contingent valuation methods*. Springer.

- Korsu, E. (2016). Building social mix by building social housing? An evaluation in the Paris, Lyon and Marseille Metropolitan Areas. *Housing Studies*, 31:5, p.598-623, DOI: 10.1080/02673037.2015.1114075
- Kourachanis, N. (2019). From camps to social integration? Social housing interventions for asylum seekers in Greece. *International Journal of Sociology and Social Policy*, Vol. 39 No. 3/4, pp. 221-234. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-08-2018-0130>
- Kuminoff, N. et al (2013). The New Economics of Equilibrium Sorting and Policy Evaluation Using Housing Markets. *Journal of Economic Literature*, 51 (4), p. 1007-62. DOI: 10.1257/jel.51.4.1007
- Lacouture, A., Breton, E., Guichard, A., & Ridde, V. (2015). The concept of mechanism from a realist approach: a scoping review to facilitate its operationalization in public health program evaluation. *Implementation Science*, 10(1), 1-10.
- Lahire, B. (1997). *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Editora Ática.
- Lahire, B. (2002). *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lami, I. M. & Abastante, F. (2017). Social Housing evaluation procedures: literature review and steps forward. *Geam - Geoingegneria Ambientale e Mineraria*. 150, p. 15-28.
- Lawson K. D et al. (2013). Investing in health: is social housing value for money? A cost-utility analysis. *J Epidemiol Community Health*. 67(10), p. 829-34. DOI: 10.1136/jech-2012-202137
- Ledermann, S. (2012). Exploring the necessary conditions for evaluation use in program change. *American Journal of Evaluation*, 33(2), 159–178. <https://doi.org/10.1177/1098214011411573>
- Leeuw, F. L. (2003). Reconstructing program theories: methods available and problems to be solved. *American Journal of Evaluation*, 24(1), 5–20. <https://doi.org/10.1177/109821400302400102>
- Leeuw, F. L., Van Gils, G. H. C., & Kreft, C. (1999). Evaluating anti-corruption initiatives: underlying logic and mid-term impact of a World Bank program. *Evaluation*, 5(2), 194–219. <https://doi.org/10.1177/13563899922208922>
- Leis, J. & Shojania, K. (2017). A primer on PDSA: executing plan–do–study–act cycles in practice, not just in name. *BMJ Quality & Safety*, 26, 572-577.
- Linsley, P. (2020). Realistic evaluation as both a science and as a methodology. *Pielegniarstwo XXI wieku/Nursing in the 21st Century*, 18(4), 228-230.
- Linsley, P., Howard, D., & Owen, S. (2015). The construction of context-mechanisms-outcomes in realistic evaluation. *Nurse researcher*, 22(3).
- Lipscomb, C, Kummerow, M., Spiess, W., Kilpatrick, S. & John Kilpatrick (2011). Contingent valuation and real estate damage estimation, *Journal of Real Estate Literature*, 19(2), 283-305, DOI: 10.1080/10835547.2011.12090303.
- Lucas, S. R. & Szatrowski, A. (2014). Qualitative comparative analysis in critical perspective. *Sociological Methodology*, 44(1), 1–79. <https://doi.org/10.1177/0081175014532763>
- Maggetti, M. & Levi-Faur, D. (2013). Dealing with errors in QCA. *Political Research Quarterly*, 66(1), 189–204. <https://doi.org/10.1177/1065912912468269>
- Marchal, B., van Belle, S., van Olmen, J., Hoérée, T., & Kegels, G. (2012). Is realist evaluation keeping its promise? A review of published empirical studies in the field of health systems research. *Evaluation*, 18(2), 192–212. <https://doi.org/10.1177/1356389012442444>
- Markiewicz, A. & Patrick, I. (2015). *Developing monitoring and evaluation frameworks*. Thousand Oaks: Sage.

- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (8.th Ed.), Report Number.
- Marx, A., Rihoux, B., & Ragin, C. (2014). The origins, development, and application of Qualitative Comparative Analysis: The first 25 years. *European Political Science Review*, 6(1), 115-142. doi:10.1017/S1755773912000318
- Mattia, S., Oppio, A. & Pandolfi, A. (2013). Testing the use of contingent valuation method in real estate market: first results of an experiment in the city of Milan. *Aestimum*. 10.13128/Aestimum-13174.
- Mayne, J. (2012). *Making causal claims*. ILAC Brief.
- Mayne, John. (2019). Revisiting contribution analysis. *Canadian Journal of Program Evaluation*. 34. 10.3138/cjpe.68004.
- Mcdavid, J., Huse, I. & Hawyhorn, L (2019). *Program evaluation and performance measurement. An introduction to practice*. (3th. Ed.). Thousand Oaks: Sage.
- McKegg, K., Patton, M. & Wehipeihana, N. (2016). *Developmental evaluation exemplars: principles in practice*. New York: The Guilford Press.
- Mertens, D. & Wilson, A. (2018). *Program evaluation theory and practice: a comprehensive guide*. (2nd. En.) New York: The Guilford Press.
- Mertens, D. (2018). *Mixed Methods design in evaluation*. Thousand Oaks: Sage.
- Mieghem, A., Verschueren, K. & Struyf, E. (2020). Professional development initiatives as a lever for inclusive education: a multiple case study using qualitative comparative analysis (QCA), Professional Development in Education, DOI: 10.1080/19415257.2020.1853593
- Mill, J. (1843). *A system of logic, ratiocinative and inductive*. Longmans, Green, Reader, and Dyer.
- Mitchell, R. & Carson, R. (1989). *Using surveys to value public goods: The contingent valuation method*. Resources for the Future.
- Monteros, J. (2017). *Guía de evaluación ex ante de políticas públicas*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública.
- Montrone, S. et al (2009). Economic Evaluation and Statistical Methods for Detecting Hot Spots of Social and Housing Difficulties in Urban Policies. In: Gervasi, O. et al. (eds) *Computational Science and Its Applications – ICCSA 2009*. ICCSA 2009. Lecture Notes in Computer Science, vol 5592. Springer, Berlin, Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-02454-2_18
- Moore, T. et al (2016). Utilising Mixed Methods Research to Inform Low-carbon Social Housing Performance Policy. *Urban Policy and Research*, p. 1-15. DOI: 10.1080/08111146.2015.1077805
- Montrone, S. et al (2009). Economic Evaluation and Statistical Methods for Detecting Hot Spots of Social and Housing Difficulties in Urban Policies. In: Gervasi, O. et al. (eds) *Computational Science and Its Applications – ICCSA 2009*. ICCSA 2009. Lecture Notes in Computer Science, vol 5592. Springer, Berlin, Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-02454-2_18
- Mukumbang, F. C. (2021). Retroductive Theorizing: A Contribution of Critical Realism to Mixed Methods Research. *Journal of Mixed Methods Research*. <https://doi.org/10.1177/15586898211049847>
- Mukumbang, F. C., Kabongo, E. M., & Eastwood, J. G. (2021). Examining the Application of Retroductive Theorizing in Realist-Informed Studies. *International Journal of Qualitative Methods*. <https://doi.org/10.1177/16094069211053516>

- Muñoz, H., Zari, J., Fries, A., Sánchez-Paladines, J., Reina, A., Ocampo, R. & Cueva, P. (2020). *Management of hydrological systems-analysis and perspective of the contingent valuation of water for mountain basins*. CRC Press
- Nakrošis, V. (2014). Theory-based evaluation of capacity-building interventions. *Evaluation*, 20(1), 134–150. <https://doi.org/10.1177/1356389013517763>
- Nielsen, S. B., Lemire, S., & Tangsig, S. (2022). Unpacking context in realist evaluations: Findings from a comprehensive review. *Evaluation*, 28(1), 91–112. <https://doi.org/10.1177/13563890211053032>
- Nkwake, A. (2015). *Credibility, validity, and assumptions in program evaluation methodology*. Cham: Springer.
- Nkwake, A. (2020). *Working with assumptions in international development program evaluation*. (2nd Ed.). Cham: Springer Nature.
- Nocera, S., Telser, H. & Bonato, D. (2003). *The contingent valuation method in health care: an economic evaluation of alzheimer's disease*. Springer.
- OECD (2018). *Cost-benefit analysis and the environment: Further developments and policy use*. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264085169-e>
- OECD/DAC (2019). *Better criteria for better evaluation. Revised evaluation criteria definitions and principles for use*. Paris: OECD DAC Network on Development Evaluation.
- Ogrinc, G., & Batalden, P. (2009). Realist evaluation as a framework for the assessment of teaching about the improvement of care. *Journal of Nursing Education*, 48(12), 661-667.
- Opdyke, A., Javernick-Will, A., and Koschmann, M. (2018). Household construction knowledge acquisition in post-disaster shelter training. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 28, 131-139. Doi: 10.1016/j.ijdrr.2018.02.038
- Ozarisoy, B. & Altan, H. (2022). Bridging the energy performance gap of social housing stock in south-eastern Mediterranean Europe: Climate change and mitigation. *Energy And Buildings*. 258. DOI: doi.org/10.1016/j.enbuild.2021.111687
- Padia, E. (2019). *Bases para la evaluación de impacto de políticas públicas*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública.
- Paine, J. (2016). Still Searching for the Value-Added: Persistent Concerns About Set-Theoretic Comparative Methods. *Comparative Political Studies*, 49(6), 793–800. <https://doi.org/10.1177/0010414015626456>
- Pappas, I. O; Woodside, A. G. (2021). Fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis (fsQCA): Guidelines for research practice in Information Systems and marketing. *International Journal of Information Management*. 58. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2021.102310>
- Pasanen, T. & Shaxson, L. (2016). *How to design a monitoring and evaluation framework for a policy research project*. London: Methods Lab.
- Pato, I. & Pereira, M. (2016). Austerity and (new) limits of segregation in housing policies: the Portuguese case, *International Journal of Housing Policy*, 16(4), 524-542.
- Patton, M. (2017). *Principles-focused evaluation: the guide*. New York: The Guilford Press.
- Patton, M. (2018). *Facilitating evaluation: principles in practice*. Thousand Oaks: Sage.
- Patton, M., McKegg, K & Wehipeihana, N. (2016). *Developmental evaluation exemplars*. New York: The Guilford Press.

- Pattyn, V., Bouterse, M. (2020). Explaining use and non-use of policy evaluations in a mature evaluation setting. *Humanities and Social Sciences Communications*, 7(85), 1-9. <https://doi.org/10.1057/s41599-020-00575-y>
- Pattyn, V., Molenveld, A., & Befani, B. (2019). Qualitative comparative analysis as an evaluation tool: lessons from an application in development cooperation. *American Journal of Evaluation*, 40(1), 55–74. <https://doi.org/10.1177/1098214017710502>
- Pawson, R. & Tilley, N. (1997). *Realistic evaluation*. SAGE.
- Pawson, R. & Tilley, N. (2004). Realistic evaluation. In S. Mathison (eds) (2004). *Encyclopedia of evaluation* (p. 362-367). Sage.
- Pawson, R. (2013). *The science of evaluation: a realist manifesto*. London: Sage.
- Pawson, R., & Manzano-Santaella, A. (2012). A realist diagnostic workshop. *Evaluation*, 18(2), 176–191. <https://doi.org/10.1177/1356389012440912>
- Pawson, R., Greenhalgh, T., Harvey, G. and Walshe, K. (2004). *Realist Synthesis: An Introduction*. ESRC Research Methods Programme Methods Paper 2/2004. University of Manchester.
- Peck, L. (2019). *Experimental evaluation design for program improvement* (Vol. 5). Thousand Oaks: Sage.
- Perret, B. (2016). *L'évaluation des politiques publiques*. Paris: La Découverte.
- Pinzón Botero, M. & Villota Ortiz, S. (2019). The potential market for sustainable housing under the contingent valuation method. City of Palmira. *Cuadernos de Administración*, 35(65), 45-59. <https://doi.org/10.25100/cdea.v35i65.7247>
- Podawca, K. & Pawłat-Zawrzykraj, A. (2017). Social and infrastructural conditions of the rural area development in the tarczyn municipality with respect to location of housing areas. *Acta Scientiarum Polonorum. Formatio Circumiectus*, 16(2), 15-31. <https://doi.org/10.15576/ASP.FC/2017.16.2.15>
- Popp, T. R., Feindt, P. H., & Daedlow, K. (2021). Policy feedback and lock-in effects of new agricultural policy instruments: A qualitative comparative analysis of support for financial risk management tools in OECD countries. *Land Use Policy*, 103, 105313.
- Porter, S. (2015a). The uncritical realism of realist evaluation. *Evaluation*, 21(1), 65-82.
- Porter, S. (2015b). Realist evaluation: an immanent critique. *Nursing Philosophy*, 16(4), 239-251.
- Posavac, E. & Linfield, K. (2018). *Program evaluation: methods and case studies*. (9th. Ed.). London. Routledge.
- Preskill, H. & Russ-Eft, D. (2016). *Building evaluation capacity*. (2nd. Ed.) London: Sage.
- Pretlove, S. & Kade, S. (2016). Post occupancy evaluation of social housing designed and built to Code for Sustainable Homes levels 3, 4 and 5. *Energy And Buildings*. v. 110, p. 120-134. DOI: doi.org/10.1016/j.enbuild.2015.10.014.
- Ragin, C. (1987). *The comparative method*. University of California Press.
- Ragin, C. (1999). Using qualitative comparative analysis to study causal complexity. *Health services research*, 34(5 Pt 2), 1225.
- Ragin, C. (2014). *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. University of California Press.
- Rangiwhetu L. et al. (2020). Public Housing and Well-Being: Evaluation Frameworks to Influence Policy. *Health Educ Behav*. 47(6), p. 825-835. DOI: [10.1177/1090198120917095](https://doi.org/10.1177/1090198120917095)

- Ravn, R. (2019). Testing mechanisms in large-N realistic evaluations. *Evaluation*, 25(2), 171–188. <https://doi.org/10.1177/1356389019829164>
- Ready, R., Buzby, C. & Hu, D. (1996). Differences between continuous and discrete contingent value estimates. *Land Economics*, 72(3), 397–411.
- Ready, R., Whitehead, C. & Blomquist, G. (1995). Contingent valuation when respondents are ambivalent. *Journal of Environmental Economics and Management*, 29, 181–196.
- Rico, J. (2020). *Guía de evaluación de resultados de políticas públicas*. Madrid: Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Rihoux, B. & Grimm, H. (2006). *Innovative comparative methods for policy analysis: beyond the quantitative-qualitative divide*. Springer.
- Rihoux, B. & Ragin, C. (eds) (2008). *Configurational comparative methods: qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*. Sage.
- Rihoux, B. (2003). Bridging the gap between the qualitative and quantitative worlds? A retrospective and prospective view on qualitative comparative analysis. *Field Methods*, 15(4), 351–365.
- Rihoux, B. (2006). Qualitative comparative analysis (QCA) and related systematic comparative methods: recent advances and remaining challenges for social science research. *International Sociology*, 21(5), 679–706.
- Rihoux, B., & Marx, A. (2013). QCA, 25 years after “the comparative method”: mapping, challenges, and innovations—mini-symposium. *Political Research Quarterly*, 66(1), 167–235. <https://doi.org/10.1177/1065912912468269>
- Roddewig, R. & Frey, J. (2006). Testing the reliability of contingent valuation in the real estate marketplace. *Appraisal Journal*, 74(3), 267–280.
- Roig-Tierno, N., Gonzalez-Cruz, T. F., & Llopis-Martinez, J. (2017). An overview of qualitative comparative analysis: A bibliometric analysis. *Journal of Innovation & Knowledge*, 2(1), 15–23.
- Rolfe, S. (2019). Combining theories of change and realist evaluation in practice: lessons from a research on evaluation study. *Evaluation*, 25(3), 294–316. <https://doi.org/10.1177/1356389019835229>
- Rolfe, S. et al. (2020). Housing as a social determinant of health and wellbeing: developing an empirically-informed realist theoretical framework. *BMC Public Health* 20, 1138. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-09224-0>
- Rolfe, S., Garnham, L., Godwin, J., Anderson, I., Seaman, P., & Donaldson, C. (2020). Housing as a social determinant of health and wellbeing: developing an empirically-informed realist theoretical framework. *BMC Public Health*, 20(1), 1–19.
- Rossi, P., Lipsey, M. & Henry, G. (2019). *Evaluation: a systematic approach*. (8th. Ed.). London: Sage.
- Rubin, A. (2020). *Pragmatic program evaluation for social work: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rubinson, C. (2019). Presenting qualitative comparative analysis: Notation, tabular layout, and visualization. *Methodological Innovations*. <https://doi.org/10.1177/2059799119862110>
- Ruiz, A. (coord.) (2015). *Guía práctica para el diseño y la realización de evaluaciones de políticas públicas*. Madrid: Agencia Estatal de Evaluación de las Políticas Públicas y la Calidad de los Servicios.
- Ruiz, C. (2016). *Guía para el diseño, gestión y utilización de evaluaciones de programas y políticas públicas*. Documento de Trabajo nº 45. Madrid: Programa EUROsociAL.

- Rutten, R. (2020). Applying and assessing large-N QCA: causality and robustness from a critical realist perspective. *Sociological Methods & Research*, 1-33. <https://doi.org/10.1177/0049124120914955>
- Rycroft-Malone, J., Fontenla, M., Bick, D., & Seers, K. (2010). A realistic evaluation: the case of protocol-based care. *Implementation science*, 5(1), 1-14.
- Sanz, J. (2020). *Las aportaciones de las revisiones sistemáticas de la literatura al diseño de las políticas públicas*. Guía práctica 16. Ivàlua.
- Sarger, F.; Andereggen, C. (2012). Dealing with complex causality in realist synthesis: the promise of qualitative comparative analysis. *American Journal of Evaluation*, 33(1), p. 60-78. <https://doi.org/10.1177/1098214011411574>
- Saunders, R. (2016). *Implementation monitoring and process evaluation*. Thousand Oaks: Sage.
- Schatz, F. & Welle, K. (2016). Qualitative comparative analysis: a valuable approach to add to the evaluator's toolbox? Lessons from recent applications. *CDI Practice Paper*, 13, 1-8.
- Schimpf, C., Barbrook-Johnson, P., & Castellani, B. (2021). Cased-based modelling and scenario simulation for ex-post evaluation. *Evaluation*, 27(1), 116–137. <https://doi.org/10.1177/1356389020978490>
- Schläpfer, F. (2008). Contingent valuation: A new perspective. *Ecological Economics*, 64(4), 729-740.
- Schmid, C., Stijnen, T. & White, I. (eds.) (2021). *Handbook of meta-analysis*. Boca Raton: CRC Press.
- Schmitt, J., & Beach, D. (2015). The contribution of process tracing to theory-based evaluations of complex aid instruments. *Evaluation*, 21(4), 429–447. <https://doi.org/10.1177/1356389015607739>
- Schneider, C., & Wagemann, C. (2006). Reducing complexity in Qualitative Comparative Analysis (QCA): Remote and proximate factors and the consolidation of democracy. *European journal of political research*, 45(5), 751-786.
- Schneider, Q. & Wagemann, C. (2012). *Set-theoretic methods for the social sciences: a guide to qualitative comparative analysis*. Cambridge University Press.
- Scupola, A. (2019). Digital transformation of public administration services in Denmark: a process tracing case study. In *Journal of NBICT*, Vol. 1, 261-284.
- Shackley, P. & Donaldson, C. (2000). Willingness to pay for publicly-financed health care: how should we use the numbers? *Applied Economics*, 32, 2015-2021.
- Shah, A. (2020). *Policy, program and project evaluation: a toolkit for economic analysis in a changing world*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Shaw, J., Gray, C. S., Baker, G. R., Denis, J. L., Breton, M., Gutberg, J., ... & Wodchis, W. (2018). Mechanisms, contexts and points of contention: operationalizing realist-informed research for complex health interventions. *BMC Medical Research Methodology*, 18(1), 1-12.
- Shearn, K., Allmark, P., Piercy, H., & Hirst, J. (2017). Building realist program theory for large complex and messy interventions. *International Journal of Qualitative Methods*. <https://doi.org/10.1177/1609406917741796>
- Silva, J. & Oliveira, S. (2022). Avaliação Realista. Como avaliar programas e intervenções?. In N. Carozzo, J. Luz & C. Alves, C. (org.). *Como avaliar programas e intervenções: um guia para avaliações de necessidades, implementação e efeitos* (p. 173-208) . EDUFMA.

- Simmons, R. & Birchall, J. (2007) Tenant Participation and Social Housing in the UK: Applying a Theoretical Model, *Housing Studies*, 22:4, 573-595, DOI: [10.1080/02673030701408535](https://doi.org/10.1080/02673030701408535)
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sloan, F. & Conover, C. (1995). The use of cost-effectiveness/cost-benefit analysis. In *Actual decision making: current status and prospects*. In: F. A. Sloan (eds), (pp. 207-232). Cambridge University Press.
- Snowball, J. (2008). *Measuring the value of culture: methods and examples in cultural economics*. Springer.
- Spash, C. (2008). *The contingent valuation method: retrospect and prospect*. MPRA Paper No. 101234
- Stockmann, R. & Meyer, W. (eds.) (2016). *The future of evaluation: global trends, new challenges, shared perspectives*. London: Palgrave Macmillan.
- Stufflebeam, D. & Shinfeld, A. (2014). *Evaluation theory, models and applications*. (2nd. Ed.). London: Wiley and Sons.
- Tagliabue, L. et. al. (2013). Social housing retrofit towards energy efficiency thresholds extensible on public housing in Italy. *International Conference on Clean Electrical Power (ICCEP)*, 2013, p. 717-723. DOI: [10.1109/ICCEP.2013.6586935](https://doi.org/10.1109/ICCEP.2013.6586935)
- Taylor, H. (2020). Capabilities, Housing, and Basic Justice: An Approach to Policy Evaluation. *Housing, Theory and Society*. 37:3, 311-316, DOI: [10.1080/14036096.2019.1708453](https://doi.org/10.1080/14036096.2019.1708453)
- The RAMESES II Project (2017) What realists mean by context. Available at: https://www.ramesesproject.org/media/RAMESES_II_Context.pdf
- Thiem, A. & Dusa, A. (2012). Introducing the QCA package: a market analysis and software review. *Qualitative & Multi-Method Research*, 10, 45-49.
- Thiem, a. & Duşa, A. (2013). *Qualitative comparative analysis with R: a user's guide*. Springer-Verlag New York.
- Thiem, A. (2014). Navigating the complexities of qualitative comparative analysis: case numbers, necessity relations, and model ambiguities. *Evaluation Review*, 38(6), 487-513. <https://doi.org/10.1177/0193841X14550863>
- Thiem, A. (2015). Using qualitative comparative analysis for identifying causal chains in configurational data: a methodological commentary on Baumgartner and Eppe (2014). *Sociological Methods & Research*, 44(4), 723-736. <https://doi.org/10.1177/0049124115589032>
- Thiem, A. (2017). Conducting configurational comparative research with qualitative comparative analysis: a hands-on tutorial for applied evaluation scholars and practitioners. *American Journal of Evaluation*, 38(3), 420-433. <https://doi.org/10.1177/1098214016673902>
- Thiem, A., & Baumgartner, M. (2016). Modeling causal irrelevance in evaluations of configurational comparative methods. *Sociological Methodology*, 46(1), 345-357. <https://doi.org/10.1177/0081175016654736>
- Thiem, A., & Dusa, A. (2013). QCA: A package for qualitative comparative analysis. *The R Journal*, 5(1), 87-97.
- Thomann, E., & Maggetti, M. (2020). Designing research with qualitative comparative analysis (QCA): approaches, challenges, and tools. *Sociological Methods & Research*, 49(2), 356-386. <https://doi.org/10.1177/0049124117729700>

- Tisdella, C, Wilson, C. & Nantha, H. (2008). Contingent valuation as a dynamic process. *The Journal of Socio-Economics*, 37(4), 1443–1458
- Torralbo, R. & Roldán, S. (2019). *A avaliação de políticas públicas con enfoque de género*. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública.
- Toulmin, S. (2012). *The uses of argument*. (2nd. Ed.). Cambridge University Press.
- Towse, R. (eds) (2013). *A handbook of cultural economics*. Edward Elgar.
- Trevisan, M. & Walser, T. (2015). *Evaluation assessment: improving evaluation quality and use*. Thousand Oaks: Sage.
- University of Wisconsin (2003). *Enhancing program performance with logic models*. University of Wisconsin-Extension.
- Van Belle, S. B., Marchal, B., Dubourg, D., & Kegels, G. (2010). How to develop a theory-driven evaluation design? Lessons learned from an adolescent sexual and reproductive health programme in West Africa. *BMC public health*, 10(1), 1-10.
- Verweij, S., & Gerrits, L. M. (2013). Understanding and researching complexity with Qualitative Comparative Analysis: Evaluating transportation infrastructure projects. *Evaluation*, 19(1), 40–55. <https://doi.org/10.1177/1356389012470682>
- Verweij, S., & Trell, E.-M. (2019). Qualitative comparative analysis (QCA) in spatial planning research and related disciplines: a systematic literature review of applications. *Journal of Planning Literature*, 34(3), 300–317. <https://doi.org/10.1177/0885412219841490>
- Vilaça, E. & Ferreira, T. (2018). Os anos de crescimento (1969-2002). In R. Agarez (coord.). *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, (pp. 317-363). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. ISBN 978-972-27-2711-2
- Vilaça, E. (2001). O ‘Estado da habitação’: Medidas sem política num país adiado. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3, pp. 83-92.
- Vila-Vázquez, J. & Petsimeris, P. (2022). Limits of and opportunities for urban planning and social change in decaying housing estates: Some lessons from Barcelona. *J Hous and the Built Environ*. <https://doi.org/10.1007/s10901-022-09934-4>
- Walker, M. & Mondello, M. (2007). Moving beyond economic impact: a closer look at the contingent valuation method. *International Journal of Sport Finance*, 2, 149-160.
- Wand, T., White, K., & Patching, J. (2010). Applying a realist (ic) framework to the evaluation of a new model of emergency department based mental health nursing practice. *Nursing inquiry*, 17(3), 231-239.
- Wattage, P. (2001). *A targeted literature review: contingent valuation method*. University of Portsmouth Press.
- Wauters, B. (2018). Process tracing and congruence analysis to support theory-based impact evaluation. In *Evaluation*, 24(3), pp. 284-305.
- Wee, G. (2021). Comparative policy analysis and the science of conceptual systems: a candidate pathway to a common variable. *Found Sci* <https://doi.org/10.1007/s10699-021-09782-5>
- Weiss, C. (1995). Nothing as practical as good theory: Exploring theory-based evaluation for comprehensive community initiatives for children and families. *New approaches to evaluating community initiatives: Concepts, methods, and contexts*, 1, 65-92.

- Weiss, C. H. (1997). Theory-based evaluation: past, present, and future. *New directions for evaluation*, 76, 41-55.
- Welsh, M. & Poe, G. (1998). Elicitation effects in contingent valuation: comparisons to a multiple bounded discrete choice approach. *Journal of Environmental Economics and Management*, 36, 170-185.
- Westhorp, G. (2014). *Realist impact evaluation: an introduction*. Overseas Development Institute.
- Westhorp, G. (et. al.) (2011). *Realist evaluation: an overview report from an expert seminar with Dr. Gill Westhorp*. Wageningen. UR Centre for Development Innovation.
- White, H. & Raitzer, D. (2017). *Impact evaluation of development interventions*. Manila: Asian Development Bank.
- Whitehead, J. & Blomquist, G. (2006). The use of contingent valuation in benefit–cost analysis. In *Handbook on contingent valuation*, A. Alberini & J. Kahn (eds) (pp. 92-115). Edward Elgar Publishing.
- Wholey, J. (1987). Evaluability Assessment: Developing Program Theory. *New directions for program evaluation*, 33, 77-92.
- Wholey, J., Harty, H. & Newcomer, K. (eds.) (2015). *Handbook of practical program evaluation*. (4th. Ed.). Washington: Jossey-Bass.
- Wong, G., Westhorp, G., Greenhalgh, J., Manzano, A., Jagosh, J., & Greenhalgh, T. (2017). Quality and reporting standards, resources, training materials and information for realist evaluation: the RAMESES II project. *Health Services and Delivery Research*, 5(28).
- Wong, G., Westhorp, G., Pawson, R., & Greenhalgh, T. (2013). *Realist synthesis*. RAMESES training materials. The RAMESES Project.
- Xerez, R., Rodrigues, P. & Cardoso, F. (2018). A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas. In R. Agarez (coord.). *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, (pp. 465-511). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. ISBN 978-972-27-2711-2
- Zhang, M. L. et al. (2022). The effects of social housing regeneration schemes on employment: The case of the Glasgow Stock Transfer. *Urban Studies*. 59(13), 2756–2773. <https://doi.org/10.1177/00420980211047044>

ANEXOS

ANEXO I - Descrição operacional da PI.08

ANEXO II - Relatório de resultados da revisão sistemática da literatura

ANEXO III – Relatório das entrevistas semi-directivas aos decisores

ANEXO IV - Relatório dos resultados do painel de peritos

ANEXO V – Relatório Análise Comparativa Qualitativa

ANEXO VI – Relatório Método de Valoração Contingente